

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

Mateus Testoni Carvalho

A “Dubai Brasileira” em tempos de crise: implicações da pandemia da Covid-19
no setor turístico de Balneário Camboriú/SC

Florianópolis

2023

Mateus Testoni Carvalho

**A “Dubai Brasileira” em tempos de crise: implicações da pandemia da Covid-19
no setor turístico de Balneário Camboriú/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador(a): Prof. Fernando Campos Mesquita, Dr.

Florianópolis

2023

Carvalho, Mateus Testoni

A "Dubai Brasileira" em tempos de crise : implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico de Balneário Camboriú/SC
Mateus Testoni Carvalho ; orientador, Fernando Campos Mesquita, 2023.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Covid-19. I. Mesquita, Fernando Campos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Mateus Testoni Carvalho

A “Dubai Brasileira” em tempos de crise: implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico de Balneário Camboriú/SC

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Geografia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Geografia.

Florianópolis, 29 de junho de 2023.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Fernando Campos Mesquita, Dr.
Orientador

Prof.(a) Maria Helena Lenzi, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico em Balneário Camboriú/SC, levando em consideração os circuitos da economia urbana para os países subdesenvolvidos. Para dimensionar o sistema de objetos do circuito superior, utilizou-se da proposta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para classificação dos trabalhadores formais segundo as Atividades Características do Turismo a partir da Relação Anual de Informações Sociais. Os dados coletados foram referentes aos anos de 2011 a 2021, compreendendo uma década, e são referentes ao total de empregos turísticos formais registrados no município e à proporção por faixa salarial. Observou-se que o período da pandemia compreendido na pesquisa, 2020 e 2021, apresenta uma diminuição no número total de empregos formais das Atividades Características do Turismo, com exceção do setor de cultura e lazer, que demonstrou um aumento. Além disso, houve uma diminuição generalizada dos salários em todas as atividades, com a imensa maioria dos empregados ganhando menos de 2 salários mínimos por mês. Para dimensionar as implicações da pandemia para o circuito inferior, foram feitas entrevistas com os vendedores ambulantes de Balneário Camboriú durante a temporada turística de 2021/2022. Percebeu-se que muitos deles trabalharam como ambulantes durante 2020/2021, mas que as vendas foram ruins, sendo necessário buscar outros trabalhos antes do fim do verão em alguns casos.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana; turismo; Covid-19.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the implications of the Covid-19 pandemic in the tourist sector in Balneário Camboriú/SC, taking into account the circuits of the urban economy for underdeveloped countries. To scale the system of objects of the superior circuit, the proposal of the Institute of Applied Economic Research was used for the classification of formal workers according to the Characteristic Activities of Tourism based on the Annual List of Social Information. The data collected referred to the years 2011 to 2021, comprising a decade, and refer to the total number of formal tourist jobs registered in the municipality and the proportion by salary range. It was observed that the period of the pandemic included in the research, 2020 and 2021, shows a decrease in the total number of formal jobs in the Characteristic Activities of Tourism, with the exception of the culture and leisure sector, which showed an increase. Furthermore, there was a generalized decrease of wages in all activities, with the vast majority of employees earning less than 2 minimum wages per month. To measure the implications of the pandemic for the lower circuit, interviews were conducted with street vendors in Balneário Camboriú during the 2021/2022 tourist season. It was noticed that many of them worked as street vendors during 2020/2021, but that sales were poor, making it necessary to look for other jobs before the end of the summer in some cases.

Keywords: Circuits of the urban economy; tourism; Covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Balneário Camboriú, em relação à Santa Catarina e ao Brasil, com indicação das rodovias próximas	30
Figura 2 – Categorização dos municípios que compõem a Costa Verde & Mar em cluster turísticos em 2019	31
Figura 3 – FG Big Wheel, roda gigante presente no Pontal Norte da Praia Central, construída por uma das principais construtoras do município	32
Figura 4 – Vista de marinas e atracadouro de lanchas no Rio Camboriú, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC	33
Figura 5 – Vista da Praia Central, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC	34
Figura 6 – Destaque da região central do município de Balneário Camboriú/SC e da Praia Central, com indicações dos principais aeroportos e rodoviárias próximas	35
Figura 7 – Esquema funcional e distribuição de usos da região central de Balneário Camboriú/SC	36
Figura 8 – Vista da Praia Central, a partir do molhe do Pontal Norte, em Balneário Camboriú/SC	37
Figura 9 – Fluxograma da metodologia do IPEA para dimensionamento das ACT	40
Figura 10 – Fluxograma da metodologia adaptada para dimensionamento das ACT neste trabalho	41
Figura 12 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alimentação em Balneário Camboriú/SC	47
Figura 13 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alojamento em Balneário Camboriú/SC	48
Figura 14 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT agência de viagens em Balneário Camboriú/SC	49
Figura 15 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT transporte terrestre em Balneário Camboriú/SC	50

Figura 16 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT cultura e lazer em Balneário Camboriú/SC	51
Figura 17 – Rua Corupá, no Bairro dos Municípios, em Balneário Camboriú/SC	53
Figura 18 – Vista do Bairro da Barra, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para o conjunto de todas as ACT em Balneário Camboriú/SC	46
Tabela 2 – Variação do percentual de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para o conjunto de todas as ACT	48
Tabela 3 – Proporção da cada grupo no conjunto geral das ACT, de 2011 a 2021, em Balneário Camboriú/SC	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Atividade Característica do Turismo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Codeplan/DF	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTur	Ministério do Turismo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIMT	Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo
SM	Salário mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O PROCESSO DE SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO	15
2.1 O PROCESSO DE SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	15
2.2 TURISMO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	19
2.2.1 Espaço urbano e turismo	19
2.2.2 Os circuitos da economia urbana no setor turístico e o contexto da pandemia da Covid-19	23
3 BALNEÁRIO CAMBORIÚ E ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO	31
3.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	31
3.2 ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC	33
4 METODOLOGIA	40
5 O IMPACTO DA PANDEMIA NO SETOR TURÍSTICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	46
5.1 O SISTEMA DE OBJETOS DO CIRCUITO SUPERIOR	46
5.2 CIRCUITO INFERIOR E PANDEMIA	56
6 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A	69
APÊNDICE B	71

1 INTRODUÇÃO

As atividades turísticas, enquanto parte da economia capitalista mundial, têm ganhado cada vez mais força nas últimas décadas, com um aumento expressivo no número de viajantes entre os países. As localidades mais beneficiadas são aquelas onde o sistema de objetos articula as virtualidades naturais, a realidade técnica e as vantagens de ordem social, tornando-se, assim, especializadas nesta atividade, como é o caso de muitas localidades do litoral território brasileiro (SANTOS, 2006; VALLE, 2022).

Tendo em vista que as atividades turísticas possuem duas dimensões fundamentais, que são a mobilidade e a interação humana, o setor está envolvido de forma contraditória com a pandemia da Covid-19: por um lado, foi um dos setores mais afetados pelos decretos que restringiram a mobilidade e a interação, havendo uma queda abrupta no número de turistas em 2020 e, por conseguinte, nos fluxos econômicos e na empregabilidade; por outro, foram justamente as atividades turísticas que, em um contexto de globalização, permitiram que o vírus se alastrasse pelo planeta inteiro (CAÑADA, 2021).

Os efeitos da pandemia variam nas diferentes localidades, seja entre países distintos, como dentro de um mesmo país. Neste sentido, quanto maior a especialização que uma localidade possui em relação às atividades turísticas, maior sua vulnerabilidade a crises, como ficou evidenciado no caso da Covid-19 (VALLE, 2022).

A condição de subdesenvolvimento do Brasil, decorrente de sua inserção no sistema mundial a partir de uma lógica de dependência (FURTADO, 1961; FERNANDES, 1972), denota contradições e desigualdades que se expressam na economia e na sociedade. Em decorrência das especificidades que o subdesenvolvimento possui, e de suas repercussões na paisagem e no espaço geográfico, Santos (2018) busca ir além das teorias da economia urbana existentes e propõe a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, um superior e outro inferior, como forma de compreender os efeitos desiguais da modernização nas cidades dos países subdesenvolvidos. A reflexão em torno dos efeitos da pandemia não pode ser dissociada deste panorama.

É comum pensar que as atividades econômicas mais modernas, ligadas diretamente à economia capitalista e, por consequência, mais discursadas nas

propagandas difundidas de uma dada cidade representem a economia urbana como um todo. Como afirma Maricato (2015, p. 83) a “representação da cidade é uma artilosa construção ideológica, na qual parte dela, a ‘cidade’ da elite, toma o lugar do todo”. Essa totalização do espaço urbano a partir de determinados tipos de atividade aparece em diversas cidades do Brasil, criando-se um cenário em que uma grande parcela da população e as relações econômicas e espaciais que tecem são desconsideradas. É na tentativa de se contrapor a essa perspectiva que Santos (2018) propõe a sua teoria.

A teoria dos circuitos da economia urbana não se sustenta sobre a existência de uma dualidade, antes, pode colaborar para compreender a organização do espaço e suas interconexões, assim como se manifesta em determinada localidade da cidade. Em decorrência dessa coexistência dos circuitos, é possível pesquisar como o processo de urbanização e o uso do território se dá pelo prisma da manifestação dos dois circuitos da economia urbana.

Considerando o exposto, é fundamental compreender como as diferentes localidades turísticas foram impactadas pela pandemia, levando em conta as relações existentes entre os dois circuitos da economia urbana.

Um dos municípios turísticos mais conhecidos do Brasil é Balneário Camboriú/SC, que se apoia em uma forte propaganda que, frequentemente, comenta sobre suas praias, além de arranha-céus e pontos turísticos construídos por algumas grandes construtoras e outras empresas. Apesar disso, a atividade turística não se assenta apenas sobre os agentes do circuito superior, sendo possível encontrar uma série de agentes do circuito inferior, como é o caso do vendedor ambulante, figura marcante em praticamente qualquer praia turística brasileira.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral, dimensionar as implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico em Balneário Camboriú/SC, levando em consideração os circuitos da economia urbana para os países subdesenvolvidos.

Para alcançar o objetivo geral, foram elencados dois objetivos específicos. O primeiro objetivo específico - descrever o processo de subdesenvolvimento e de formação dos dois circuitos da economia urbana alicerçado ao turismo e aos impactos da Covid-19 frente à vulnerabilidade do setor - foi discutido no capítulo O

processo de subdesenvolvimento e os circuitos da economia urbana do turismo, e nele foi construída a fundamentação teórica que subsidiou a análise dos resultados.

Neste capítulo é abordada a teoria do subdesenvolvimento de Furtado (1961) e da dependência de Fernandes (1972), assim como a teoria dos circuitos por Santos (2018) e Silveira (2009; 2013; 2015). Questões referentes ao turismo enquanto produto e produtor do desenvolvimento desigual e combinado no território brasileiro foram destacadas através de Cruz (2018), da mesma forma que as características específicas do trabalho turístico por Cruz (2006), Cañada (2017) e Meliani (2021). Buscou-se, também, verificar como os circuitos da economia urbana foram operados por diferentes autores no que se refere ao turismo, apoiando-se em trabalhos diversos, e o impacto da pandemia em diferentes localidades turísticas, conforme discutido por Valle (2022), que analisou o caso espanhol; Costa, Fogaça e Moraes (2022), que destacaram o alto impacto da pandemia para o município de Petrópolis/RJ; Costa e Fonseca (2022), que trataram do caso de Natal/RN; Santos, Campos e Rodrigues (2022), que pensaram o Nordeste de uma forma geral; Fonseca *et al.* (2022), que indicaram que está tendo o privilegiamento do turismo de proximidade no Brasil em seus textos; Cifelli (2022), que indicou em seu texto o contrário, afirmando que os fluxos turísticos para áreas litorâneas de alta aglomeração no estado de São Paulo foram comuns na quarentena; e Cruz *et al.* (2022) que afirmou que o turismo pandêmico era muito similar a sua versão anterior à pandemia.

O segundo objetivo específico é pensar o município de Balneário Camboriú/SC quanto à sua formação histórica e especialização turística no contexto da pandemia. Esse objetivo foi abordado no capítulo *Balneário Camboriú e atividade turística na região*, que traz uma breve descrição da formação do município, além de suas principais características socioeconômicas e turísticas.

De modo a alcançar o objetivo geral definido, foi proposta uma metodologia, adaptada do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, para dimensionar a quantidade de empregos e a média salarial das Atividades Características do Turismo - ACT em Balneário Camboriú/SC para os anos de 2011 até 2021, a partir dos dados dos trabalhadores formais do turismo na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, associando essas informações ao sistema de objetos do circuito superior, além de terem sido realizadas entrevistas com os vendedores ambulantes

da Praia Central do município, e a realização de observações sobre a paisagem, associando as informações obtidas delas, por sua vez, ao circuito inferior.

Como hipótese deste trabalho, assumiu-se que tanto o circuito superior quanto o circuito inferior foram impactados pela crise decorrente da pandemia da Covid-19, com o superior manifestando uma diminuição geral no número de empregos e um arrocho salarial dos trabalhadores, enquanto o inferior sinalizou uma queda nos recursos gerados pelas suas atividades econômicas, tendo em vista a redução do número de consumidores e do seu poder aquisitivo.

2 O PROCESSO DE SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DO TURISMO

2.1 O PROCESSO DE SUBDESENVOLVIMENTO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A partir da leitura dos trabalhos de Celso Furtado, Brandão (2020) indica que o desenvolvimento não é uma mera etapa pela qual todos os países passarão, mas um processo conflitivo, relacional, tenso e contestável, que envolve escolhas e que está intimamente ligado com o tempo e espaço para a alocação dos “ativos, recursos, capacitações, produtivamente ou não, ou seja, envolve a questão da destinação do excedente social” (BRANDÃO, 2020, p. 184). Furtado (1961) analisa a formação da indústria nos séculos XVIII e XIX na Europa, em especial na Inglaterra, evidenciando a interdependência que existe entre a evolução tecnológica nestes países e as condições históricas existentes.

A partir da integração com a economia europeia, duas frentes de expansão do capitalismo avançaram: uma para a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, que se constituíam como prolongamentos simples de sua economia industrial em outros continentes; e outra para a América Latina. No primeiro caso, a população inglesa que migrava para estes novos territórios levava as técnicas e hábitos de consumo do continente europeu e, frente à abundância de recursos disponíveis nas novas terras, facilmente se alcançava níveis de renda e produtividade elevados. Já no segundo caso, a expansão capitalista para as outras regiões já ocupadas pela Europa, com sistemas econômicos pré-capitalistas, gerou estruturas híbridas, com uma parte que se comportava como um sistema capitalista, e outra que mantinha-se dentro da estrutura que já existia. Essa economia marcada pelo dualismo é o que constitui o fenômeno do subdesenvolvimento atual: “o subdesenvolvimento é,

portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961, p. 253). O subdesenvolvimento é uma situação complexa de reverter, pois as variáveis históricas e espaciais reforçam as estruturas tradicionais de dominação (BRANDÃO, 2020).

Pode-se dizer que o processo de subdesenvolvimento possui ao menos três características fundamentais: 1) é persistente, não sendo naturalmente superado com o tempo; 2) é cumulativo, tendendo a se agravar; 3) tende a ser irreversível, na medida em que não haja forças de intervenção poderosas para fazer frente ao processo (BRANDÃO, 2020).

Um dos motivos para a persistência do processo de subdesenvolvimento é que quando uma empresa capitalista se instala em uma região de estrutura econômica pré-capitalista, ela não altera, mas se aproveita dessas condições. Os lucros gerados por ela não se integram na economia local, indo em direção à sua sede ou onde se encontram os acionistas majoritários (FURTADO, 1961). Assim, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a expansão para outros territórios, com estruturas econômicas arcaicas, faz com que haja a subordinação das economias nacionais ao capitalismo central, gerando uma relação de dependência (SPOSITO, 2018).

Neste contexto, Florestan Fernandes (1972) afirma que a economia capitalista dependente está vulnerável à extração contínua de suas riquezas, com o acúmulo de capital acontecendo não somente para promover a expansão dos setores internos, mas também e, sobretudo, dos setores externos. Este processo de depleção das riquezas acontece “à custa de mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (p. 45).

Para que este fenômeno se efetive, os capitalistas externos se coordenam com os capitalistas internos, a burguesia local. Assim, mesmo que o capitalismo dependente esteja sempre se transformando, seguindo as evoluções do capitalismo central, nunca há uma ruptura no padrão de transformação, que leve a um desenvolvimento mais autônomo. Deste modo, os interesses nacionais e os usos do Estado ganham uma forma antinacional, trabalhando, tanto a curto quanto a longo prazo, para que não ocorra a integração e uma revolução nacional (FERNANDES, 1972). No geral, o “capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o

subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político” (FERNANDES, 1972, p. 61).

Um desdobramento dessa concepção de subdesenvolvimento é teorizado pelo geógrafo Milton Santos (2018) ao analisar o fenômeno da urbanização no terceiro mundo. Santos (2018) considera, na década de 1970, que as concepções teóricas eram insuficientes, ora por apenas serem transposições de teorias desenvolvidas nos países ricos para os países pobres, não considerando suas especificidades, ora pelas discussões se pautarem principalmente sobre os aspectos da economia moderna, que estão em diálogo com o capital internacional e as grandes empresas.

Diante dessa constatação, o geógrafo buscou desenvolver uma teoria para analisar a urbanização e a organização do território nas cidades dos países subdesenvolvidos em sua totalidade, considerando suas múltiplas facetas. Dessa forma, Milton Santos (2018) indica a existência de dois circuitos da economia urbana nesses países: o circuito superior e o circuito inferior.

O circuito superior tem sua origem nas modernizações tecnológicas, que são condensadas a partir dos monopólios e suas relações não estão enraizadas na cidade ou na região em que a fábrica, escritório ou outra infraestrutura esteja localizada, mas sim com o país ou com o exterior (SANTOS, 2018). O circuito inferior, por sua vez, tem como característica as atividades de pequena dimensão, com forte integração ao local em que está instalada. Enquanto o circuito superior dá ênfase nas camadas mais ricas da população, o circuito inferior “compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços” (SANTOS, 2018, p. 24).

O circuito “moderno”, que tem menos dependência de uma localidade específica, tem a capacidade de espalhar fortemente pela economia urbana, tendo a tendência de atingir mais e mais indivíduos. Assim, mesmo que o consumo “moderno” pela população pobre se dê de forma menos frequente, parte do abastecimento dela é feito de forma direta ou indiretamente nesse circuito, sendo um dos motivos da dependência do inferior em relação ao superior (SANTOS, 2018).

Ainda se pode falar em um circuito superior marginal, que é uma forma de organização do circuito superior em que há, ao mesmo tempo, “um caráter residual e um caráter emergente” (SANTOS, 2018, p. 103), com formas de produção menos

modernas que o circuito superior puro, do ponto de vista tecnológico e organizacional.

A condição de criação e de manutenção desses circuitos nos países subdesenvolvidos tem a ver com as diferenças no consumo, seja quantitativamente ou qualitativamente. Enquanto existe uma enorme massa de pessoas pobres, que não têm salários fixos ou, quando têm, são baixos, existe ao lado um pequeno grupo de pessoas que possui renda muito elevada, com acesso permanente aos bens e serviços. Essa diferenciação de consumo leva, assim, à constituição do fenômeno dos “dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços” (SANTOS, 2018, p. 37).

Neste sentido, Silveira (2009) destaca que o poder público não é neutro, e suas ações privilegiam certos aspectos da economia e certas parcelas do território. Com frequência, isso significa que as modernizações são potencializadas, com fortalecimento do circuito superior. Outro aspecto a ser considerado é que com “a crescente financeirização da sociedade, as sinapses entre ambos os circuitos aumentam significativamente, e certos nexos modernos criam perturbações na vida social dos mais pobres” (SILVEIRA, 2009, p. 74), o que consolida um grau de interação muito maior entre os dois circuitos.

Outros momentos em que essa articulação entre os dois circuitos ocorre é quando o circuito superior vende insumos ao inferior ou, ainda, terceiriza alguma tarefa para esse. Tais relações são complementaridades simples e são diferentes de complementaridades hierárquicas, que são quando os pequenos comércios ou vendedores do circuito inferior vendem os produtos que sobram da economia superior ou quando grandes empresas se instalam em áreas periféricas, diminuindo o raio do mercado do circuito inferior. Essas complementaridades demonstram como o circuito superior possui mobilidade e pouca relação com o local, enquanto no circuito inferior a contiguidade é uma característica básica de sua existência (SILVEIRA, 2015). Essa característica implica em concentrações de diferentes formas de comércio popular, com fornecedores, depósitos, comerciantes etc. que se complementam, instalando-se em localizações próximas.

Enquanto os agentes do circuito superior escolhem determinados locais para se estabelecer conforme as possibilidades de lucro, incentivos públicos, desenvolvimento tecnológico e organização espacial, os agentes do circuito inferior ocupam certas áreas do meio construído conforme a capacidade de pagar pelas

localidades e de se adaptar às normas que existem. Por essa razão, para os mais pobres é comum que as áreas periféricas abriguem localizações produtivas mais duráveis, em contrapartida às áreas centrais (SILVEIRA, 2013).

Diante do exposto, cabe reforçar que a teoria dos dois circuitos da economia urbana não é uma concepção dualista, no sentido de existirem dois circuitos paralelos, sem contato entre si, ou no sentido de serem etapas de um mesmo processo, mas sim uma concepção dialética, com os circuitos sempre em relação e que são produzidos e produzem diferentes formas no território.

2.2 TURISMO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

2.2.1 Espaço urbano e turismo

A promoção do turismo depende fundamentalmente do Estado enquanto agente produtor de infraestruturas básicas, como rodovias que integram-na à malha viária da região ou do país, à rodoviária e ao aeroporto; a construção de ruas; os sistemas de iluminação; o transporte público; os equipamentos urbanos diversos. As novas estruturas valorizam os terrenos e imóveis da localidade, e criam o interesse por empresas do ramo turístico para alojamentos e de outros serviços. Aos poucos, a cidade vai se especializando na atividade turística, os viajantes aumentam e parte da população passa a trabalhar no setor.

Ou seja, o sistema de ações, coordenado pelo Estado e pelas empresas, constrói um sistema de objetos (SANTOS, 2006) para a atividade turística, que por consequência vai incentivar as viagens e o trabalho no setor na localidade. Todo esse processo vai formando uma paisagem específica decorrente da concentração espacial do centro, que é onde ocorre a permanência dos turistas, e expulsão da população pobre para os lugares mais afastados.

Como coloca Cruz (2018), o turismo se desenvolve em uma relação dialética de desenvolvimento desigual e combinado, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor da desigualdade no território brasileiro. A autora indica que o desenvolvimento da atividade turística é relativamente recente, com avanço sobre determinados fragmentos do território nacional após a metade do século XX (CRUZ, 2018). Neste sentido, Cruz (2018) pretende salientar que quando o turismo se constitui como atividade econômica organizada, ele passa a fazer parte de um território que já é marcado por profundas desigualdades socioespaciais.

A atividade turística se manifesta no país, principalmente, através do turismo de “sol-praia”, com 3 das 5 cidades mais visitadas por turistas estrangeiros sendo litorâneas, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE e o Ministério do Turismo - MTur, em 2019 (BRASIL, 2021a). Apesar disso, é importante enfatizar que o sistema de objetos articulado ao sistema de ações que faz com que as pessoas se desloquem para determinada localidade, sendo o litoral, por exemplo, uma potencialidade que foi desenvolvida até o caráter de lugar turístico. Assim, como enfatiza Santos (2006, p. 58), os “lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social”, com as virtualidades naturais sendo fundamentais para a especialização turística no caso do território brasileiro.

A economia das viagens e do turismo diz respeito, na verdade, a um grande conjunto de atividades econômicas, englobando atividades relacionadas à indústria de transporte e da construção civil, assim como aos setores de comércio e serviços. Deste modo, cabe reconhecer que o capital produtivo do turismo se encontra, em grande parte, fora dele, em setores em que há uma ligação mais ou menos direta. Isso implica na percepção de que os lugares onde o turismo se manifesta de forma mais direta são apenas uma parte da geografia desenhada, pois há uma articulação de diversas empresas em escala planetária para que a atividade ocorra. Assim, por detrás das paisagens criadas pelo e para o turismo encontram-se divisões do trabalho que são sobrepostas historicamente, assim como processos inerentes ao modo de produção capitalista como a tendência contraditória à concentração e à expansão no espaço (CRUZ, 2018).

Como sintetiza Cruz (2006, p. 338)

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. Como prática social, a atividade do turismo tem o turista como principal protagonista e isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do Estado, o “mundo do turismo” não se restringe às ações hegemônicas de atores hegemônicos. O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade (CRUZ, 2006, p. 338).

Apesar da importância que o trabalho tem para a economia do setor turístico, há uma precarização generalizada no setor, com grande ocorrência de trabalhadores

informais, com desvalorização da mão de obra feminina, baixas remunerações, significativa presença de jovens e um elevado número de horas trabalhadas (MELIANI, 2021). No Brasil, por exemplo, a força de trabalho é constituída de cerca de 2 milhões de trabalhadores, dos quais metade está na informalidade, que é um pouco menor no Centro-Oeste, Sul e Sudeste, e um pouco maior no Nordeste e no Norte (IPEA, 2019). Esta característica do trabalho turístico acaba reforçando as desigualdades pré-existentes nos lugares e criando outras, indo ao encontro do que Cruz (2018) coloca sobre a dialética do turismo ser produto e produtor das desigualdades no território. Como nos demonstra Cañada (2017, p. 71),

[...] la relativamente escasa cualificación requerida para hacer ciertos trabajos en el sector (que, por supuesto, no es lo mismo que hacerlos bien), ha dado lugar a la consolidación de un mercado laboral de bajos salarios. Así, el empleo turístico se concentra en gran medida en los sectores sociales que ocupan los lugares más bajos en el mercado laboral, como mujeres e inmigrantes de países de menor renta. En algunos casos hay ciertas profesiones en el turismo que están plenamente feminizadas, y en muchas ocasiones con una gran presencia de mujeres inmigrantes.

Tendo em vista este cenário de alta geração de emprego com baixa qualificação profissional, as porções do território voltadas às atividades turísticas acabam se tornando atrativas para trabalhadores pobres de outras localidades (CRUZ, 2006). Desta forma, muitos destinos turísticos espalhados pelo território brasileiro têm visto suas periferias crescerem “com ocupações desordenadas e carentes de infra-estruturas urbanas, sendo este processo, em muitos casos, iniciado por trabalhadores do setor da construção civil, que corresponde a um dos setores mais dinamizados pela atividade do turismo” (CRUZ, 2006, p. 341).

2.2.2 Os circuitos da economia urbana no setor turístico e o contexto da pandemia da Covid-19

No sentido de operacionalizar os circuitos da economia urbana para os países subdesenvolvidos com o setor turístico, Montenegro (2014) indica que as modernizações pautadas no turismo em Fortaleza/CE remodelam o meio construído e a economia urbana, dando ênfase em determinados atores e parcelas da cidades, que concentram capital público e privado. Na capital cearense, essas porções privilegiadas da cidade retêm grandes empreendimentos, como shoppings centers,

restaurantes sofisticados, redes hoteleiras e lojas de grifes internacionais, o que intensifica a valorização e especulação imobiliária, assim como a segregação social.

A maior parte da população ocupada de Fortaleza trabalha em atividades qualificadas como de “baixa produtividade”, como é o caso de pequenos comerciantes, ambulantes, empregados domésticos, costureiros, artesãos etc., com salários pequenos, comumente menor que o salário mínimo que o da época de publicação do artigo (2014). Tais agentes fazem parte do circuito inferior, junto com um grande grupo de pequenas empresas com baixa capitalização e emprego de tecnologia, sendo a maioria informais: “fabricação de confecções, sapatos, bijuterias e móveis, o comércio destes mesmos artigos, lanchonetes, serviços de informática, mototáxi, borracheiro, sapateiro e relojoeiro” (p. 68), serviços de passeios por vans e micro-ônibus (MONTENEGRO, 2014).

Um dos efeitos que o investimento no setor turístico traz é a dinamização de outras atividades da economia que, por mais que não sejam eminentemente turísticas, dão suporte para que ele se sustente, como é o caso dos serviços de alimentação, centros de compra, abastecimento, artesanato etc. Essas atividades são realizadas em diferentes graus pelos dois circuitos. O circuito inferior, por meio das modernizações recentes em Fortaleza, se insere no turismo por meio de atividades menos capitalizadas e mais precárias, como as mencionadas, que são essenciais para a sustentação do subsistema econômico do turismo, sendo uma das principais atividades na cidade o comércio ambulante, que é, com frequência, um trabalho ocasional, que ocorre em finais de semana e/ou altas temporadas, o que desvela a importância da sazonalidade do turismo para a economia popular (MONTENEGRO, 2014).

Montenegro (2014), entretanto, destaca que com o avanço da globalização e a chegada de grandes redes hoteleiras internacionais, certos serviços que antes eram terceirizados para o circuito inferior, sobretudo para os pequenos empreendimentos locais, agora são para empresas com maior grau de capitalização. Outro aspecto importante é a associação com agências de turismo de grande porte, o que aumenta a concorrência entre os guias independentes e agências pequenas.

Assim, se outrora os hotéis de Fortaleza terceirizavam a lavagem de roupas para lavanderias de fundo de quintal; hoje, são as lavanderias industriais que têm assumido esta tarefa. Mercearias que abasteciam hotéis e pousadas tendem a perder espaço para os maiores supermercados e grandes padarias. [...] Observa-se, por conseguinte, a transferência de

diversas demandas que antes eram atendidas por pequenos negócios do circuito inferior para o circuito superior e superior marginal (MONTENEGRO, 2014, p. 70).

Ao estudar as dinâmicas do processo de urbanização de Belém/PA, considerando as características que a atividade turística impôs sobre a orla central e sul da cidade, Rodrigues (2019) percebeu como os aspectos naturais e culturais foram, e são, repetidamente reproduzidos tanto pela mídia local quanto pelas agências de viagens, destacando, por exemplo, o centro histórico da cidade e as ilhas com praias de água doce. Tal divulgação é apoiada, também, pela própria imagem que o Estado faz de Belém. Assim, o autor indica que dois dos agentes principais para que o circuito superior possa expandir são a mídia e o próprio Estado, reforçando o que Cruz (2018) afirma para o caso brasileiro.

Queiroz (2011) estudou o circuito inferior da pesca no município de Ilhéus/BA, constatando que este está relacionado à população pobre, que encontra neste ramo uma forma de subsistência, de ocupação e de renda, distribuindo-se por diversas atividades, indo desde a produção dos equipamentos e a captura dos peixes até o comércio e o consumo, seja para a população local ou para os turistas.

Apesar da importância das atividades pesqueiras para a população do município, a autora indica que o litoral do município tem passado por uma revalorização para o lazer e o turismo, “higienizando” os lugares e expulsando os mais pobres. Na região de Baía do Pontal, os pescadores têm saído de cena para dar lugar à instalação de hotéis e casas de segunda residência das classes mais elevadas. Além disso, estudos relacionados à exploração do petróleo no sul da Bahia têm colocado em xeque o futuro das atividades pesqueiras em Ilhéus (QUEIROZ, 2011).

As pesquisas relacionadas à teoria dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos estão bastante presentes no estado do Rio Grande do Norte, com uma grande diversidade de trabalhos relacionados ao tema.

Um destes estudos é o de Lelis (2017), que analisou as principais características do circuito inferior do ramo alimentício no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN. Ele constatou que as relações entre os circuitos inferior e superior têm aumentado nas últimas décadas, sobretudo pela relação com o meio construído: os comerciantes do circuito inferior instalaram seus estabelecimentos nas imediações do circuito superior, independente das condições, mesmo que morem em outros

bairros e precisem se deslocar diariamente para o bairro de Ponta Negra para trabalhar. Esse esforço, segundo o autor, é realizado para que os comerciantes do circuito inferior estejam mais próximos aos fluxos que são desencadeados pelo meio construído onde o circuito superior desenvolve suas atividades.

Ainda no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, Costa, Silva e Farias (2017) buscaram elencar os elementos que enquadram os meios de hospedagem a um dos circuitos da economia urbana. Os autores inicialmente constataram uma grande dificuldade em indicar a qual circuito pertencem os empreendimentos, pois as relações entre eles estão cada vez mais íntimas, sendo um esforço passível de erros bruscos. Por este motivo, optaram por traçar os elementos que fazem parte de cada circuito a partir da análise de 11 pousadas, indicando como aspectos importantes a questão da estrutura interna e externa do estabelecimento, a quantidade de quartos, a quantidade de empregados, a proximidade com a praia, as formas de pagamento e os sites em que se encontram as pousadas.

Já Furtado e Almada (2019) publicaram uma análise do circuito inferior em Natal/RN a partir de questionários aplicados aos comerciantes nas praias da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu. Os autores constataram que, no que tange ao setor turístico, a teoria dos circuitos da economia urbana se diferencia: ao invés do circuito inferior e superior atenderem a diferentes públicos-alvo, no turismo os clientes dos dois circuitos são os mesmos, ainda que os estabelecimentos se diferenciam em densidade de capital, de ciência, de técnica e de informação.

Quanto aos resultados da pesquisa, percebeu-se que o discurso corrente de que a expansão de turismo para outras áreas além da região concentrada de Natal traria desenvolvimento não acontece na prática, pois mesmo que os comerciantes de Jenipabu atendam todo tipo de turista durante seus passeios pela praia, eles ainda operam com baixo capital e com o objetivo de subsistência (FURTADO; ALMADA, 2019).

Almada (2021), por sua vez, buscou analisar como os circuitos da economia urbana do turismo se utilizam do território do Litoral Norte potiguar. Ao concluir a pesquisa, o autor indica que nos países subdesenvolvidos a atividade turística é tanto um meio para que a economia seja desenvolvida, quanto para a reprodução da desigualdade. O setor turístico, que faz parte do setor de comércio e serviços da economia, colabora no processo de urbanização, criando espaços e refuncionalizando formas preexistentes para que tenham valor turístico, valorizando

determinadas partes da cidade e produzindo os lugares turísticos, onde coexistem dialeticamente os dois circuitos da economia urbana do turismo.

Montenegro (2020), por sua vez, destaca que antes da pandemia da Covid-19, que iniciou em 2020, grande parte da população buscava fontes de renda de formas diversas, tentando existir frente a um circuito superior que tem se tornado cada vez menos empregador e o desemprego mais estrutural. Atividades “como microempresas pouco capitalizadas, prestadores de serviços banais, ‘trabalhadores autônomos’, pequenos comércios, negócios domésticos e familiares, vendedores ambulantes etc” (MONTENEGRO, 2020, p. 5) eram comuns e estavam em expansão nas cidades. Contudo, frente à crise sanitária e ao agravamento da conjuntura econômica e social nacional, uma parcela significativa da população passou a trabalhar como motoristas e entregadores de aplicativos, elevando o grau de dependência das pessoas de baixa renda frente ao circuito superior da economia e diminuindo o potencial criativo existente no circuito inferior.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS decretou a pandemia da Covid-19, causada por um tipo novo de coronavírus, que se espalha através do ar. Em decorrência do alto poder de contágio e das formas de propagação da doença, a principal recomendação feita pelos especialistas foi a de impedir o vírus de circular, através do isolamento social e da utilização de máscara facial (TABERGA, 2021).

Neste sentido, a existência de um turismo globalizado, que se articula com diversas partes do globo, foi um importante vetor para a propagação mundial da doença, ao mesmo tempo que, diante da decretação da pandemia e das medidas de isolamento social adotadas pelos países, foi também um dos setores econômicos mais duramente afetados pela crise sanitária mundial (SANTOS; CAMPOS; RODRIGUES, 2022).

Estima-se que as atividades turísticas correspondam a cerca de um décimo do Produto Interno Bruto - PIB mundial, sendo um setor essencial para o funcionamento do capitalismo global, com um aumento crescente do volume de viagens nas últimas décadas (VALLE, 2022). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo - OMT, no ano 2000 havia cerca de 682 milhões de turistas internacionais, quantidade que chega a 1,4 bilhão de turistas internacionais em 2019 e que, em decorrência da pandemia, diminuiu para 394 milhões de turistas internacionais em 2020 (UNWTO, 2021).

Deste modo, é possível afirmar que a pandemia da Covid-19 coloca em xeque o regime de mobilidade global existente e a dependência econômica das atividades turísticas que algumas localidades possuem, sendo necessário pensar sobre os diferentes cenários existentes e seus impactos para a sociedade (VALLE, 2022).

Cañada (2021), ao discutir os efeitos da pandemia sobre o setor, indica que eles “afetam duas dimensões fundamentais do turismo: a mobilidade e a interação humana. Conseqüentemente, com a interrupção da atividade, o emprego turístico foi devastado com muita rapidez. Isso evidenciou a vulnerabilidade do setor e de seus postos de trabalho” (p. 8).

Tendo em vista as restrições adotadas frente à pandemia, o trabalho turístico foi duramente afetado, principalmente porque o crescimento do setor tem sido assentado por uma precariedade estrutural, com baixos salários para os trabalhadores e formas de empregos pouco estáveis, como contratos temporários, terceirização, jornadas intermitentes, etc., o que deixa pouca margem para uma poupança. Com a interrupção das atividades e sem possibilidade de ter uma reserva de emergência, muitos destes trabalhadores se viram na necessidade de arriscar a própria vida para responder às suas necessidades básicas (CAÑADA, 2021). Assim, quanto “maior a precariedade dos trabalhadores do turismo, maior sua vulnerabilidade, e isso acentua seu risco - e o do conjunto da sociedade - em face de previsíveis novas situações de crise sanitária” (CAÑADA, 2021, p. 8).

Esse tipo de cenário é agravado perante o avanço de reformas neoliberais que ocorrem no mundo e, em específico, no Brasil. A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, que trazia um discurso de modernização da legislação e do aumento dos postos de trabalho, aprofundou a precarização do trabalho, o que, no contexto da pandemia, foi ainda mais agravante. No setor turístico, em específico, que é marcado por uma parcela grande de trabalhadores informais, houve a expansão dos regimes de trabalho de jornadas intermitentes¹, diminuindo a estabilidade no trabalho (PAULA, 2021).

No geral, estima-se que 1,1 milhão de postos de trabalho turísticos tenham sido perdidos na primeira onda da Covid-19 no Brasil, com 35% sendo de

¹ “[...] o contrato de trabalho [intermitente] não define previamente a jornada de trabalho do trabalhador, e seus ganhos dependem exclusivamente dos momentos em que é acionado para prestar o serviço ou realizar determinado trabalho para a empresa contratante” (PAULA, 2021).

trabalhadores formais e 65% de pessoas que trabalhavam por conta própria ou que não possuíam vínculo empregatício. A recuperação do setor começou de forma lenta a partir do último quarto do ano de 2020, com a liberação das viagens condicionadas a protocolos sanitários (PAULA, 2021; TABERGA, 2021).

Taberga (2021) afirma que apesar das especificidades da pandemia, a rotatividade no setor de serviços e, em específico, no turístico é comum, pois não exigem que a mão de obra seja especializada. Neste sentido, boa parte dos trabalhadores das atividades diretamente ligadas com o turismo, cerca de 38%, costumam ficar menos de 12 meses no emprego (IPEA, 2019).

Apesar dos grandes impactos que a pandemia teve sobre o setor turístico e os trabalhadores, os efeitos não são generalizados. Valle (2022) destaca o conceito de vulnerabilidade, que diz respeito à exposição que uma determinada área ou grupos de pessoas têm em relação às ameaças e crises, como os eventos meteorológicos extremos e as mudanças climáticas e, agora, às doenças contagiosas. Segundo Valle (2022, p. 6),

os territórios que podem ser caracterizados como vulneráveis são aqueles con alta probabilidad de verse afectado de forma negativa por algún evento de origen externo (catástrofe natura, crisis económica, conflicto bélico, pandemia...), con escasa capacidad para prevenir, resistir y responder a esas amenazas. Todos los territorios pueden ser vulnerables en ciertos momentos y ante situaciones concretas, pero con una intensidad y duración que variarán en función de dos tipos de factores que suman sus efectos. Por un lado, su mayor o menor exposición al riesgo que ahora se convierte en amenaza y, por otro, su grado de fragilidad o sensibilidad, es decir, la capacidad de respuesta basada en sus propios recursos y el apoyo externo que pueda recibir para superar esa situación.

No que se refere aos territórios turísticos, os mais vulneráveis para a crise atual são aqueles mais especializados nesse tipo de atividade, sendo muito dependentes dos fluxos de turistas, em especial os internacionais, que precisam percorrer grandes distâncias para acessar os diferentes lugares (VALLE, 2022).

Ao estudar o impacto da pandemia no turismo espanhol, Valle (2022) percebeu que a intensidade dos efeitos se diferenciaram dependendo das regiões: no litoral mediterrâneo, que é mais especializado para as atividades turísticas de lazer e no turismo internacional, e nas grandes cidades, como Madrid e Barcelona, principalmente pelo turismo de negócios, os impactos foram maiores; nas regiões mais interioranas e no litoral cantábrico os impactos foram menores, pois as

economias são mais diversificadas e há uma relevância maior dos turistas domésticos em relação aos internacionais.

Nesta mesma linha de pensamento, Costa, Fogaça e Moraes (2022) destacam o alto impacto da pandemia para o município de Petrópolis/RJ que, segundo o mapa do turismo brasileiro, é um cluster de nível A, sendo altamente especializado nesse tipo de atividade, sofrendo relevantes perdas econômicas e de postos de trabalho.

Já Costa e Fonseca (2022) atentaram-se para o fato de que as crises que o país passou, somando-se agora à crise sanitária, fizeram com que os meios de hospedagem de Natal/RN ficassem mais concentrados, distanciando-se dos bairros mais periféricos e com menos atrativos turísticos, e se adensando no bairro mais turístico do município. Esse processo de concentração ocorre também em relação à gestão dos hotéis que, diante da pandemia, tem sido concentrada cada vez mais pelas grandes redes hoteleiras, caracterizando, portanto, uma concentração e centralização do capital (COSTA; FONSECA, 2022).

No que se refere às necessidades e tendências para a atividade turística em um cenário pós-Covid, Fonseca *et al.* (2022) e Santos, Campos e Rodrigues (2022) indicaram que está tendo o privilegiamento do turismo de proximidade, com fluxos de turistas dentro do próprio estado ou para estados vizinhos, sobretudo para o litoral e outras áreas com características naturais, mostrando uma certa busca por locais mais abertos. Cifelli (2022) destaca que essa procura por outros destinos, sobretudo os que antes tinham menos fluxo de pessoas, com características naturais, pode acabar levando a certos desequilíbrios ambientais e outros impactos caso não haja regulamentação do poder público. É possível que essa tendência de fluxos turísticos mais próximos esteja atrelada também ao recrudescimento de uma crise econômica, que afeta o poder aquisitivo dos brasileiros.

Além disso, apesar da constatação deste fenômeno, Cifelli (2022) também afirma que os fluxos turísticos para áreas litorâneas de alta aglomeração no estado de São Paulo também foram evidentes no período da quarentena, sobretudo pela possibilidade que o trabalho remoto trouxe para algumas pessoas. Fonseca *et al.* (2022) reitera isso, alegando que muitas pessoas viajaram para as grandes cidades, capitais e praias em áreas urbanizadas durante o período de isolamento social. Já Cruz *et al.* (2022) é mais enfática neste sentido: o turismo pandêmico é muito similar à sua versão pré-pandêmica, e ao invés de estarmos caminhando para uma

transformação profunda, “podemos estar indo em direção a modelos de turismo apenas revisados em determinadas questões [...], sem que isso pressuponha uma nova estruturação da atividade” (CRUZ, *et al.*, 2022, p. 96).

Cañada (2021) traz um panorama mais sombrio para o setor turístico pós-pandemia no que se refere à organização do trabalho: aumento do empobrecimento e exclusão social dos grupos de pessoas ligados à atividade; maior competição pelo emprego, que volta a crescer lentamente; maior desregulamentação do trabalho turístico; concentração cada vez maior de capital, com destruição do pequeno e médio tecido produtivo; maior dependência das economias de plataformas; ampliação nos processos de digitalização e robotização das atividades turísticas, com maior possibilidades de desemprego estrutural.

Diante do exposto, cabe refletir sobre os impactos da pandemia no setor turístico de Balneário Camboriú/SC, que é fortemente especializado nesse tipo de atividade e que possui um sistema de objetos adensado para o seu funcionamento.

3 BALNEÁRIO CAMBORIÚ E ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO

3.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

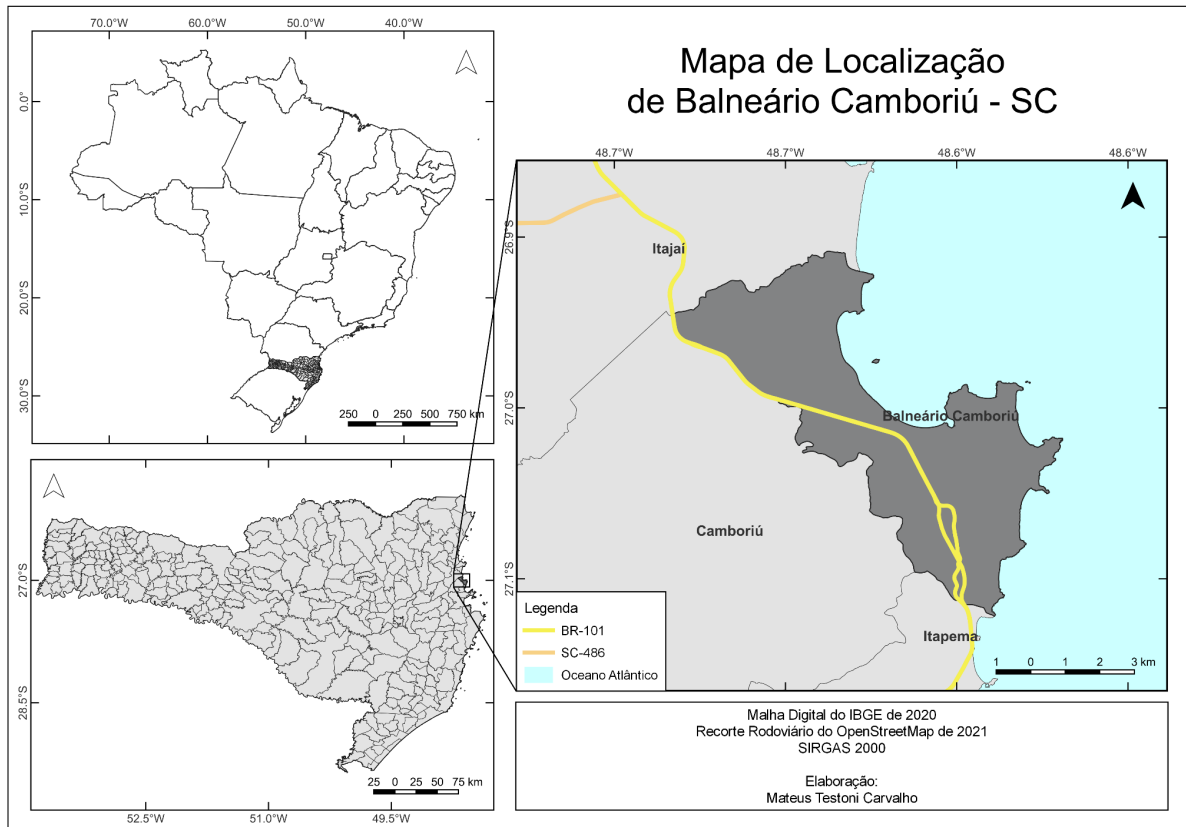
A história de Balneário Camboriú/SC não destoa do resto do litoral brasileiro, sendo ocupado inicialmente pelos grupos indígenas da região, sobretudo nas proximidades da praia de Laranjeiras. Os relatos da colonização remetem à 1758, com o povoamento de áreas à esquerda do Rio Camboriú por algumas famílias de descendentes de europeus. Apesar disso, a efetivação da ocupação colonizadora no município ocorreu a partir do século XIX, com a chegada de um grupo de colonos, liderados por Baltazar Pinto Corrêa, que ganharam do Governo da Província de Santa Catarina uma área de terra para cultivo e moradia na localidade que hoje se chama Bairro dos Pioneiros. Em 1840 foi fundada a primeira igreja e, em 1884 foi criado o município de Camboriú/SC (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016).

Após a fundação, o município de Camboriú se destacou pela produção agrícola, sobretudo de café, sendo o maior produtor de café do estado por algum tempo, e pela exploração mineral, sobretudo de mármore, granito e calcário. Por conta dessa ênfase econômica, a faixa interiorana era valorizada e a litorânea desprezada. Essa situação começa a se alterar a partir da década de 1920, quando segundas moradias voltadas ao uso durante o verão começam a ser construídas no

centro da Praia Central por moradores de Blumenau. Em 1928 surge o primeiro hotel e em 08 de abril de 1964 há a separação do município de Camboriú, formando Balneário Camboriú (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016).

A atividade turística, entretanto, só vai ganhar início efetivamente a partir da década de 1950 com intensificação nos anos 70, tendo em vista a inauguração da BR-101 em 1971, o que aumentou a integração nacional e o fluxo de pessoas na região (SKALEE, 2008). Essa atividade turística é, assim, o principal motor econômico e de geração de empregos do município. Abaixo, pode ser verificado um mapa de localização do município (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Balneário Camboriú, em relação à Santa Catarina e ao Brasil, com indicação das rodovias próximas



Fonte: Elaboração própria (2022).

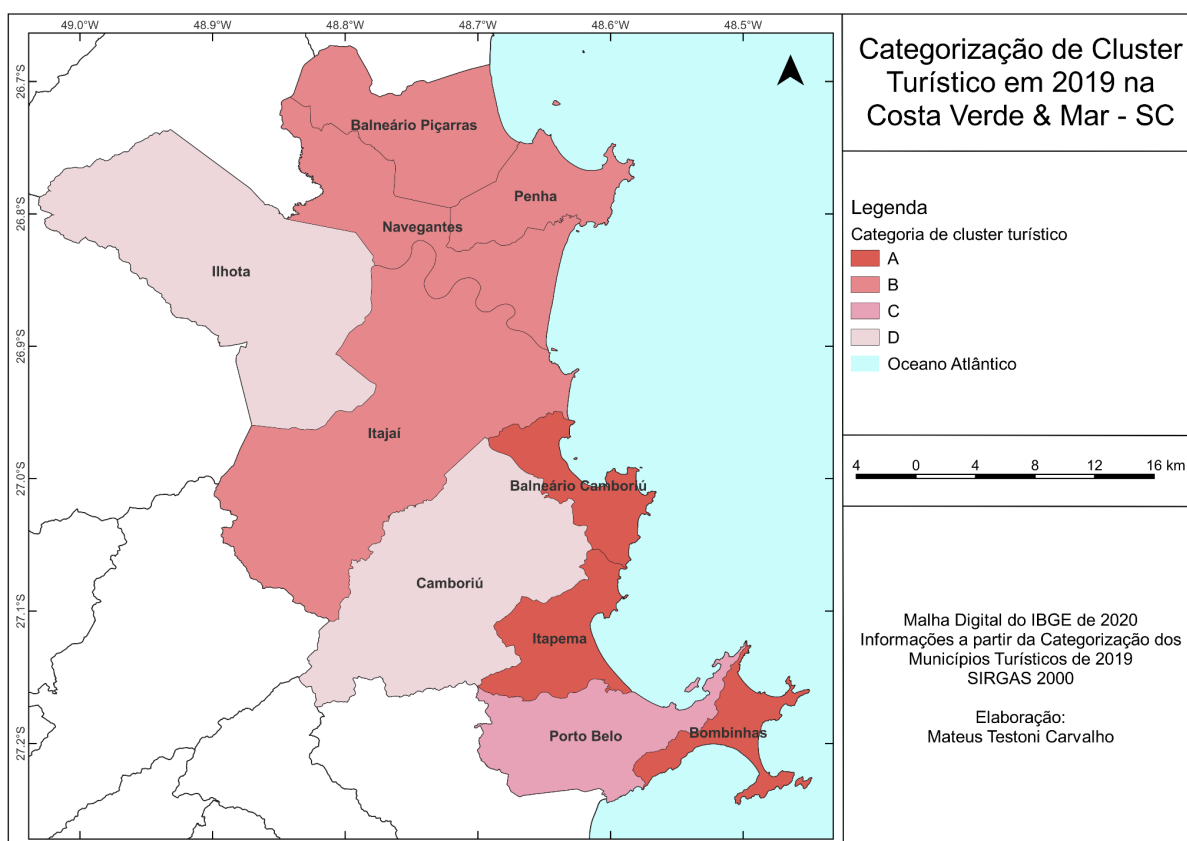
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, [202-]), o município de Balneário Camboriú possuía uma população estimada de 149.227 habitantes em 2021, um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,4 salários mínimos em 2020, 64.050 pessoas ocupadas em 2020, um Produto Interno Bruto - PIB per capita de R\$42.613 em 2020, um Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal - IDHM de 0,845 em 2010 e uma área de 45,2 km² em 2020, o que leva a uma densidade demográfica estimada de 3.301 hab./km² em 2020.

3.2 ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

O município de Balneário Camboriú/SC faz parte da região turística da Costa Verde & Mar, junto de Balneário Piçarras, Navegantes, Penha, Itajaí, Ilhota, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas. Os municípios que compõem as regiões turísticas podem ser distribuídos em clusters turísticos, conforme o número de visitantes nacionais e internacionais estimados e a arrecadação decorrente das atividades turísticas. Segundo o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2019), os municípios da Costa Verde & Mar podem ser categorizados nos seguintes clusters turísticos (Figura 2):

Figura 2 – Categorização dos municípios que compõem a Costa Verde & Mar em cluster turísticos em 2019



Fonte: Brasil (2019); Elaboração própria (2022).

Assim, o município de Balneário Camboriú/SC pode ser considerado um cluster turístico de categoria A em 2019, com cerca de 186.983 visitas internacionais

estimadas, 1.840.662 visitas nacionais estimadas e R\$46.332.532,00 de arrecadação decorrentes do turismo, superando em mais de quatro vezes a arrecadação do segundo colocado, Bombinhas/SC (BRASIL, 2019).

Os principais pontos turísticos do município, compondo o sistema de objetos com suas virtualidade naturais, vantagens de ordem social e sua realidade técnica (SANTOS, 2006), são: a Praia Central, que é bastante urbanizada e rodeada de uma ampla gama de hotéis, lojas, restaurantes, casas noturnas e outras opções de lazer; as praias agrestes, que são mais distantes do centro urbanizado; estruturas como teleférico, roda gigante, aquário e o Cristo Luz; há também um grande centro de eventos, um teatro municipal e uma casa de shows (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016). Na Figura 3 é possível observar um dos pontos turísticos mencionados.

Figura 3 – FG Big Wheel, roda gigante presente no Pontal Norte da Praia Central, construída por uma das principais construtoras do município



Fonte: Elaboração própria (2022).

Outrossim, Balneário Camboriú está próximo de outros destinos importantes da região, como é o caso do Beto Carrero World, em Penha, da Oktoberfest, em Blumenau, e de outras praias do litoral norte do estado de Santa Catarina. Destaca-se, ainda, a existência de marinas, de atracadouro para embarcações

turísticas e cruzeiros marítimos, além da presença de hotéis com centros de conferência, o que possibilita eventos corporativos e o turismo de negócios. A proximidade com esses outros pontos turísticos, com rodovias, rodoviárias e aeroportos, e possibilidade de oferecer uma amplitude variada de serviços, torna o município como um dos principais destinos do estado e do Brasil (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016). Na sequência, é possível ver um dos serviços mencionados, as marinas (Figura 4).

Figura 4 – Vista de marinas e atracadouro de lanchas no Rio Camboriú, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Elaboração própria (2022).

Skalee (2008) analisou como foi construído historicamente o traçado urbano do centro de Balneário Camboriú, buscando compreender as suas implicações na rede atual de espaços públicos e a efetiva apropriação cotidiana, diante da atividade turística. A autora indica que Balneário Camboriú/SC pode ser considerado um dos principais pólos turísticos do Brasil, com uma história de desenvolvimento do ramo que se iniciou antes de sua emancipação de Camboriú, em 1964, conforme mencionado. A partir da década de 1960, com o progressivo aumento da atividade turística, houve também o início do processo de verticalização, levando à existência

de uma faixa paralela à praia central com alto adensamento em algumas áreas, indo além da capacidade da infraestrutura de circulação e de saneamento básico de Balneário Camboriú (SKALEE, 2008). Abaixo, na Figura 5, é possível ver uma fotografia da verticalização da Praia Central e, na Figura 6, um cartograma da Praia Central de Balneário Camboriú e a área central do município, com indicação dos principais centros de chegada dos turistas (terminais rodoviários, aeroportos e BR-101) .

Figura 5 – Vista da Praia Central, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 6 – Destaque da região central do município de Balneário Camboriú/SC e da Praia Central, com indicações dos principais aeroportos e rodoviárias próximas



Fonte: Elaboração própria (2022).

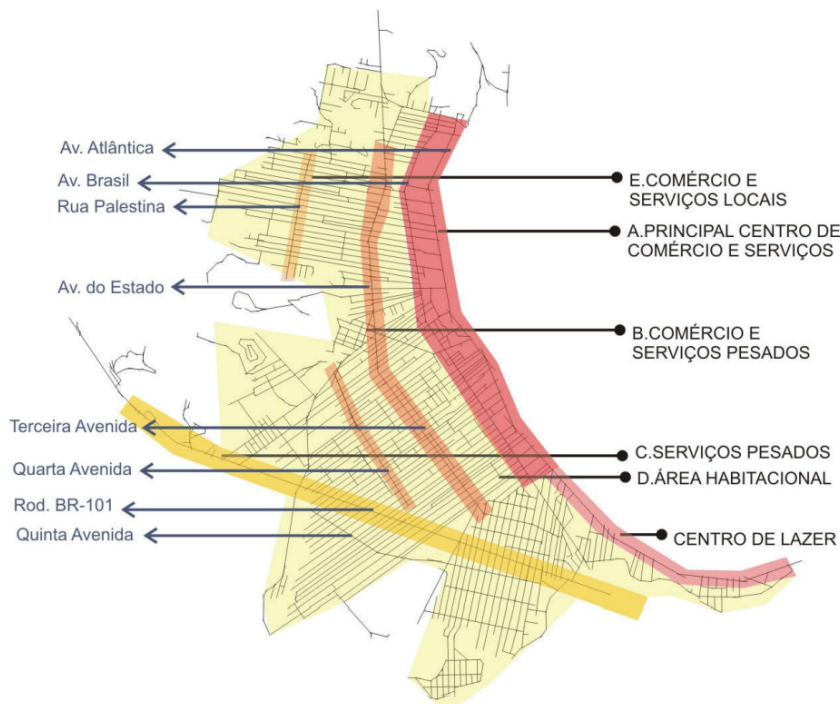
A partir de dados do IBGE, Skalee (2008) buscou ilustrar como a distribuição de renda ocorria no município, verificando como a exploração imobiliária levou a uma alta concentração de renda na área central, que é próxima à orla da praia central.

Destaca-se que os bairros ao sul tem uma média salarial que não ultrapassa quatro salários mínimos mensais, enquanto que nos setores junto a orla predominam faixas salariais médias superiores a quinze salários mínimos, com diversos pontos onde chega-se a mais de vinte salários mínimos mensais. Ao norte, por sua vez, os bairros tem uma caráter intermediário, porém com faixas salariais acima do setor sul (SKALEE, 2008, p. 40).

A região que a autora considera como central do município extrapola os limites do Bairro Centro, considerando as áreas que têm maior vínculo com a Praia Central seu recorte espacial. Ela destaca que quanto mais distante da praia menor o vínculo com a atividade turística, havendo outras atividades que se destacam. No esquema abaixo (Figura 7), está organizado um esquema dessa região central, com

as indicações das principais ruas e suas principais atividades, ilustrando a afirmação anterior (SKALEE, 2008).

Figura 7 – Esquema funcional e distribuição de usos da região central de Balneário Camboriú/SC



Fonte: Skalee (2008, p. 88).

É possível notar, ainda, que nas áreas mais distantes da orla, como no Bairro das Nações e no Bairro dos Municípios, se destacam as atividades locais, voltadas à população residente. É de se pensar, portanto, que nessas áreas o circuito inferior da economia urbana é mais evidente. Ainda que as informações organizadas pela autora já tenham mais de 15 anos, entende-se que muito do que ela constatou continua sendo reproduzido hoje, mas fica a sugestão para pesquisas futuras.

Em 2021 foi feita uma obra de alargamento da orla da Praia Central, passando de 25 metros para 70 metros, com um custo estimado de R\$66,8 milhões. A prefeitura do município indicou que o trabalho realizado protegeria a praia contra o avanço das marés, além de criar mais espaço para os moradores e visitantes (CALDAS, 2021). É interessante comentar, ainda, que o aumento da faixa de areia permitiu estender o tempo de sol na praia, visto que os arranha-céus impediam a iluminação direta do Sol após o meio da tarde. Na Figura 8, abaixo, é possível observar a extensão da faixa de areia após a obra.

Figura 8 – Vista da Praia Central, a partir do molhe do Pontal Norte, em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Ainda no mesmo ano, a pandemia da Covid-19 estava em curso, com o Estado de Santa Catarina tendo anunciado estado de emergência em todo o território catarinense através do Decreto nº 515 de 17 de março de 2020 (SANTA CATARINA, 2020), além de ter emitido outros decretos que dispunham sobre medidas de prevenção e combate ao coronavírus, o que teve impacto sobre as atividades turísticas em todo o estado. Nesse sentido, cabe analisar como esse impacto se deu e como se relaciona com o sistema de objetos de Balneário Camboriú/SC e os circuitos da economia urbana.

4 METODOLOGIA

Com o intuito de dimensionar o impacto da pandemia da Covid-19 no setor turístico de Balneário Camboriú/SC em sua totalidade, foi realizada uma metodologia pensando os circuitos da economia urbana para os países subdesenvolvidos. Para o circuito superior, foi feita uma comparação da quantidade de empregos formais e da média salarial das Atividades Características do Turismo no município para os anos de 2011 até 2021.

Entende-se que não é possível fazer uma ligação direta entre trabalho formal e circuito superior e trabalho informal e circuito inferior, no entanto, conforme Santos (2018), algumas das características fundamentais do circuito superior são a organização burocrática e a predominância do trabalho assalariado, enquanto o circuito superior possui uma organização primitiva e não possui trabalho assalariado obrigatoriamente.

Além disso, dada as características específicas do setor turístico, que conta com metade dos trabalhadores trabalhando como autônomos e/ou na informalidade (IPEA, 2019), é possível assumir que boa parte dos trabalhadores formais estejam relacionados em algum nível ao circuito superior, seja nas redes hoteleiras, agências de viagem, aeroportos e heliportos, franquias de estabelecimento de alimentação, como lanchonetes e restaurantes, locadoras de automóveis, teatros e casas de cinema, grandes empresas de turismo, construtoras, navios, empresas de transporte rodoviário, etc. Por ser um setor que necessita da articulação entre diferentes partes do território nacional e entre diferentes países, as modernizações tecnológicas que o circuito superior possui, e que são potencializadas pelo poder público, são fundamentais para a constituição de um turismo globalizado.

Assim, para dimensionar as implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico em Balneário Camboriú/SC, esse trabalho se pauta em uma metodologia para captar o complexo turístico, que compreende o sistema de objetos do circuito superior, a partir dos dados de emprego, considerando o número de trabalhadores e o salário.

Os procedimentos metodológicos adotados são baseados em uma metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que organiza os dados referentes ao trabalho ligado ao turismo no Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT, construído em parceria com Ministério do Turismo - MTur e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan/DF. Para a organização dos dados, o IPEA considera as Atividades Características do Turismo - ACT, que são as que correspondem a maior participação dos gastos dos turistas.

O IPEA vem trabalhando no SIMT desde 2003, e esse pode ser acessado através do [Extrator de Dados](#), sendo dividido em duas categorias principais: trabalho formal e trabalho informal. A primeira categoria compila os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, uma plataforma de dados censitária mantida pelo

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e possui informações dos anos de 2006 até 2019 para os níveis geográficos de município, Unidade da Federação, região e país. Na segunda categoria, os dados são compilados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, uma pesquisa amostral desenvolvida pelo IBGE, e possui informações dos anos de 2012 até 2019 para os níveis geográficos de Unidade da Federação, região e país (IPEA, 2019).

As ACT adotadas em um primeiro momento eram de recomendação da Organização Mundial do Turismo - OMT, e consistiam em sete: alojamento; transporte; alimentação; agências de viagem; auxiliar de transporte; aluguel de transporte; cultura e lazer. Em cada uma das ACT há um conjunto de sub-atividades que são desenvolvidas, como restaurantes e bares no caso da ACT alimentação.

Em decorrência do elevado número de estabelecimentos que podem ser encaixados em cada uma das ACT, o IPEA desenvolveu pesquisas de campo para que fosse definido um coeficiente de demanda turística, o que permitiu estimar a porcentagem do emprego turístico nas ACT diretamente ligado ao consumo de turistas, tornando as informações de trabalho formal da RAIS menos superestimadas e mais realistas². No entanto, em vista das características do procedimento estatístico adotado, esse coeficiente só é passível de ser aplicado nos níveis geográficos de Unidade da Federação, região e país³ (SAKOWSKI, 2013).

As pesquisas de campo foram realizadas em dois momentos e, além de permitir desenvolver o coeficiente de demanda turística, possibilitou que as Atividades Características do Turismo fossem melhor definidas. A primeira pesquisa de campo foi em 2004 e 2005, com utilização da base de dados da RAIS e a classificação das atividades segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, que divide as atividades econômicas do país em seções (indicados por letras), divisões (2 dígitos), grupos (3 dígitos), classes (5 dígitos) e subclasses (7 dígitos). Na primeira pesquisa de campo, a CNAE disponível era a 1.0/95, que desagrega as atividades até o nível de classe (5 dígitos).

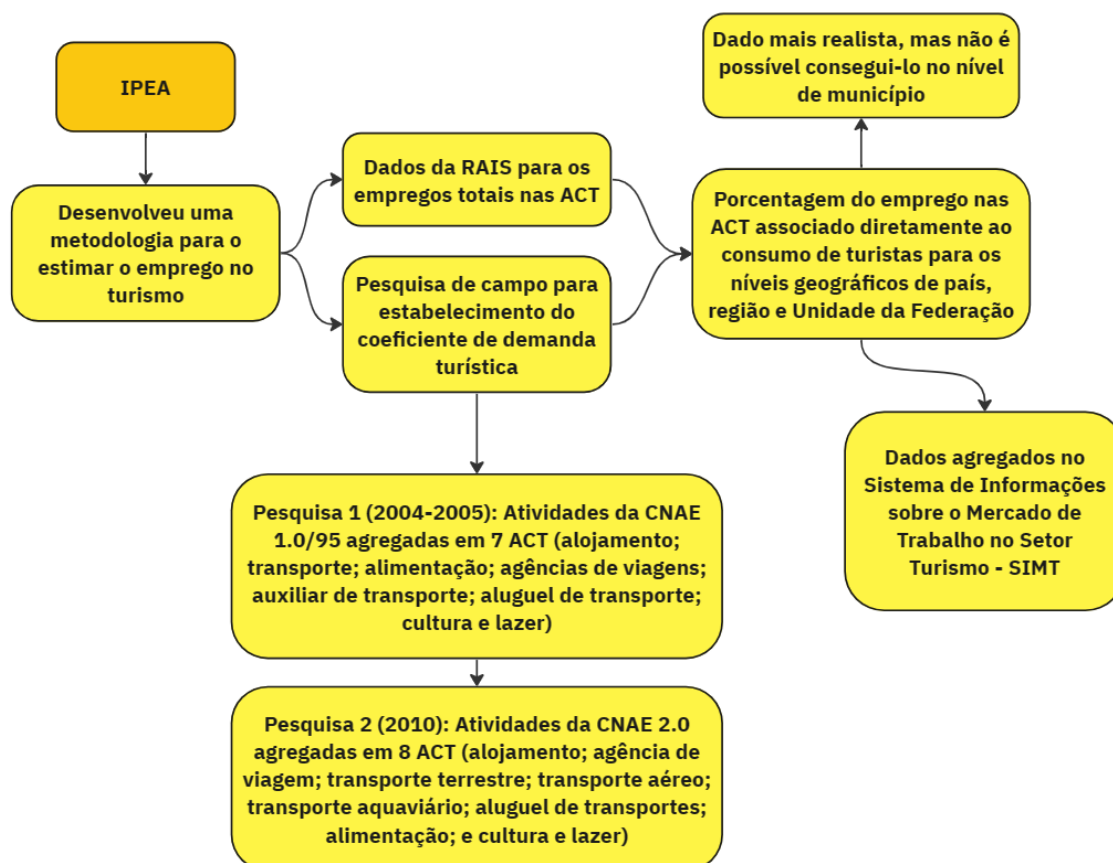
A segunda pesquisa de campo, realizada em 2010, por sua vez, classificou as atividades segundo a CNAE 2.0, que desagrega as atividades até o nível de

² Por exemplo, dentro da ACT de alimentação estarão inseridos todos os estabelecimentos de alimentação, tanto um restaurante na orla da praia, com atendimento prioritário ao turista, quanto um restaurante de bairro, mais voltado à população local. O coeficiente de demanda turística visa estimar os estabelecimentos que são diretamente voltados ao consumo de turistas.

³ O procedimento metodológico e a fórmula utilizada para o cálculo do coeficiente de demanda turística está apresentado em Sakowski (2013).

subclasses (7 dígitos). Essa última pesquisa permitiu atualizar as ACT para um novo agrupamento, utilizado até hoje, de oito Atividades Características do Turismo: alojamento; agência de viagem; transporte terrestre (pode ser subdivido em transporte terrestre local e transporte terrestre internacional, interestadual e intermunicipal); transporte aéreo; transporte aquaviário; aluguel de transportes; alimentação; e cultura e lazer. As Atividades Características do Turismo, conforme o código da CNAE 2.0 e suas diversas atividades podem ser conferidas no Apêndice A, de elaboração própria, com base na metodologia do IPEA (SAKOWSKI, 2013), ao final do trabalho. A metodologia do IPEA descrita pode ser verificada na Figura 9, abaixo:

Figura 9 – Fluxograma da metodologia do IPEA para dimensionamento das ACT

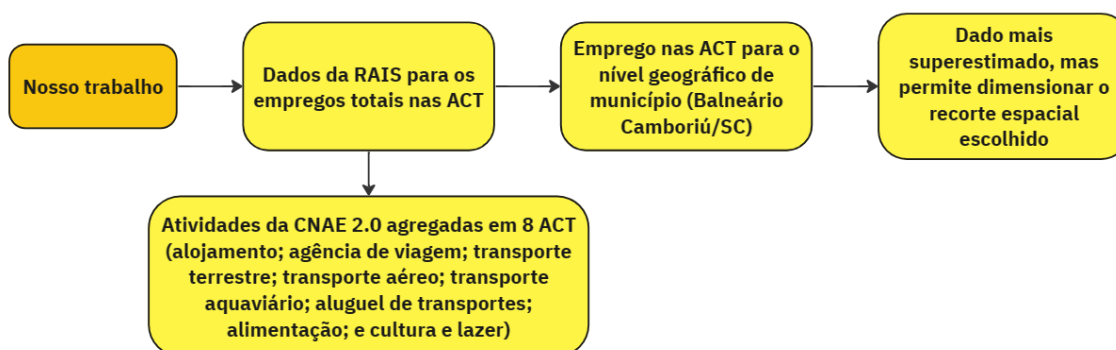


Fonte: Sakowski (2013); Elaboração própria (2023).

A metodologia do IPEA, considerando o coeficiente de demanda turística, possui a restrição de não poder ser aplicada a nível municipal, dada as condicionantes estatísticas. Além disso, o SIMT não possui dados para depois de 2019, não constando os anos da pandemia da Covid-19. Portanto, o procedimento

metodológico adotado neste trabalho, com foco no município de Balneário Camboriú/SC, não conta com a utilização do coeficiente, podendo haver um superdimensionamento do setor turístico, e os dados foram extraídos diretamente da [RAIS Vínculos](#), pois nessa plataforma é possível encontrar dados até 2021. Ainda, os dados obtidos se restringem ao trabalho formal, dado que a PNAD Contínua não possui dados no nível geográfico de município, que é o recorte deste trabalho. Abaixo, na Figura 10, encontra-se o fluxograma da metodologia adotada neste trabalho.

Figura 10 – Fluxograma da metodologia adaptada para dimensionamento das ACT neste trabalho



Fonte: Elaboração própria (2023).

Para a obtenção dos dados na RAIS foram selecionadas as subclasses da CNAE 2.0 que fazem parte de cada uma das oito ACT, seguindo o que foi classificado pelo IPEA em 2010 e que está presente no Apêndice A.

Feito isso, foram selecionadas todas as faixas salariais médias (em salário mínimo - SM) que a RAIS dispõe, que são: até 0,5 SM; 0,51 - 1 SM; 1,01 - 1,5 SM; 1,51 - 2 SM; 2,01 - 3 SM; 3,01 - 4 SM; 4,01 - 5 SM; 5,01 - 7 SM; 7,01 - 10 SM; 10,01 - 15 SM; 15,01 - 20 SM; mais de 20,01 SM. Essa informação foi plotada nas linhas. Após a geração dos dados, as faixas salariais médias foram reagrupadas segundo as faixas que o SIMT opera, que são: até 2 SM; 2,01 - 3 SM; 3,01 - 5 SM; acima de 5,01 SM.

Foram selecionados, também, os anos de 2011 até 2021, adotados como o recorte temporal da pesquisa, pois é possível perceber a variação dos dados ao longo de uma década.

Além disso, foram selecionados todos os vínculos ativos (tanto os que estavam quanto os que não estavam ativos em 31 de dezembro de cada ano), pois entende-se que o setor turístico é de alta rotatividade de trabalhadores (IPEA, 2019), além de que a maior contratação do setor ocorre nos meses da temporada de verão, entre dezembro e março, o que pode fazer com que alguns contratos não sejam registrados caso se opte por selecionar apenas os vínculos ativos em 31/12 de cada ano.

Ao fim, as tabelas foram geradas e arquivadas conforme cada uma das ACT individuais e, além disso, foi feito o mesmo processo para o conjunto de todas as ACT, possibilitando uma visão geral do setor turístico.

Como essa metodologia está assentada apenas nos dados dos trabalhadores formais, entende-se que ela é insuficiente para mensurar todo o complexo do turismo, visto que parte significativa das pessoas ligadas às atividades turísticas, vinculadas ao circuito inferior, não são representadas. Tendo isso em vista, foram realizadas entrevistas com os vendedores ambulantes de Balneário Camboriú/SC e observações da paisagem urbana de modo a ter um panorama do espaço banal do município.

As entrevistas foram feitas no dia 12 de fevereiro de 2022, ou seja, ainda durante a temporada de verão do município, mas que ainda contava com efeitos da pandemia. As conversas foram conduzidas durante a manhã, das 10 às 12h na Praia Central de Balneário Camboriú/SC, ainda no período de temporada de verão, antes do Carnaval. Ao total, foram feitas 13 intervenções, partindo-se do roteiro descrito no Apêndice B. Em alguns casos, foi necessário fazer a entrevista em movimento, ao lado do vendedor ambulante. Além das respostas obtidas com base nas entrevistas, foram feitas observações espontâneas da paisagem urbana, atentando-se para as relações percebidas no local e no tempo da coleta de dados.

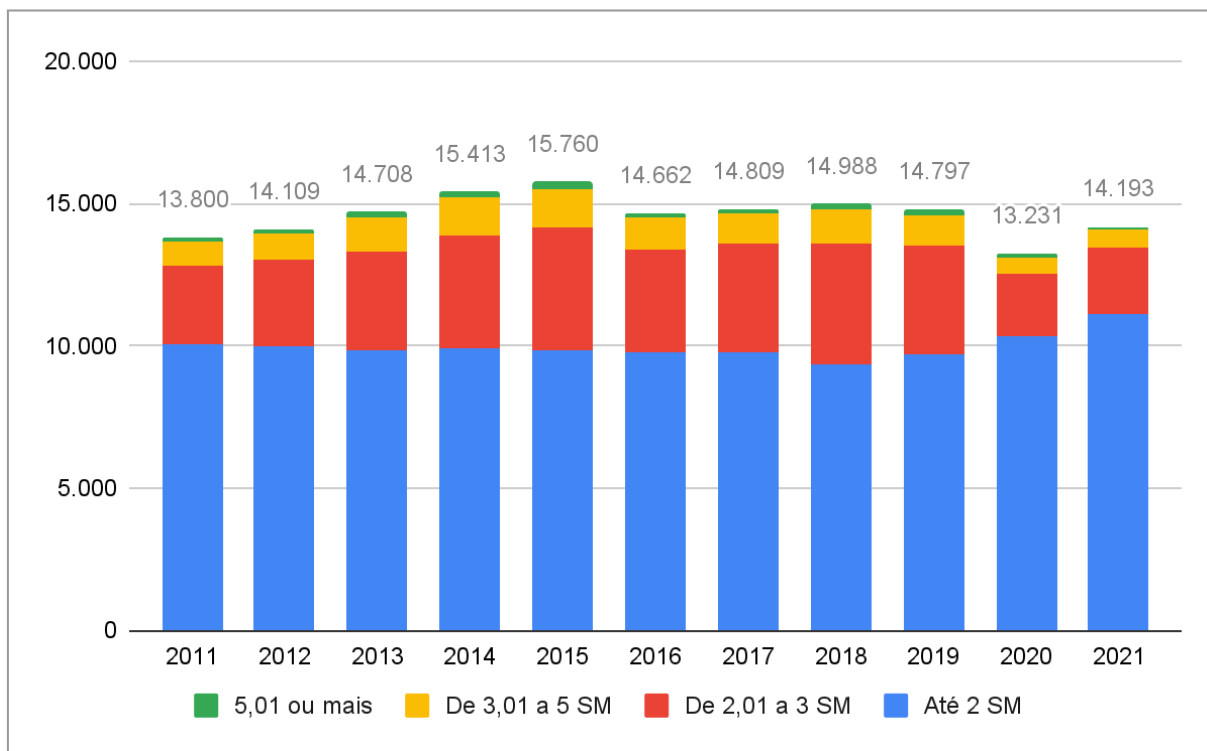
Por fim, os dados obtidos por estes dois processos, a operação da RAIS e as entrevistas, foram utilizados para dimensionar os impactos da crise da pandemia em Balneário Camboriú/SC em sua totalidade, articulando o sistema de objetos do circuito superior e o circuito inferior, os estudos de espaço urbano e turismo e os impactos da pandemia para o setor turístico, utilizando-se quadros, gráficos e produtos cartográficos para organizar as informações, além de descrições e de fotografias da paisagem urbana retiradas ao longo da construção do trabalho.

5 O IMPACTO DA PANDEMIA NO SETOR TURÍSTICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

5.1 O SISTEMA DE OBJETOS DO CIRCUITO SUPERIOR

O conjunto das Atividades Características do Turismo - ACT foram responsáveis por 13.231 pessoas ocupadas formalmente em 2020, o que corresponde a 22% do total de 60.050 pessoas ocupadas no mesmo ano (IBGE, [202-]), denotando a importância do setor no mercado de trabalho do município e a alta especialização para este tipo de atividade, o que poderia levar a uma maior vulnerabilidade (VALLE, 2022). No entanto, cabe destacar que a maior parte dos turistas que chegam à Balneário Camboriú/SC são domésticos, com o fluxo de visitas nacionais (1.840.662 turistas nacionais em 2019) sendo quase dez vezes maior que o de visitas internacionais (186.983 turistas internacionais em 2019) (BRASIL, 2019), o que atenua a vulnerabilidade diante de uma crise, como a pandemia da Covid-19. Na Figura 11 e na Tabela 1, na sequência, é possível observar a variação do total de trabalhadores formais por ano, conforme as faixas de salário mínimo definidas.

Figura 11 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para o conjunto de todas as ACT em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

Tabela 1 – Variação do percentual de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para o conjunto de todas as ACT

Ano	Até 2 SM	De 2,01 a 3 SM	De 3,01 a 5 SM	5,01 ou mais
2011	72,9%	20,0%	6,0%	1,1%
2012	70,6%	21,5%	6,7%	1,2%
2013	66,7%	24,0%	7,9%	1,4%
2014	64,1%	26,0%	8,5%	1,4%
2015	62,5%	27,4%	8,7%	1,4%
2016	66,7%	24,4%	7,7%	1,2%
2017	65,9%	25,6%	7,3%	1,1%
2018	62,2%	28,7%	7,8%	1,3%
2019	65,4%	26,2%	7,2%	1,2%
2020	78,2%	16,2%	4,7%	0,8%
2021	78,4%	16,2%	4,6%	0,8%

Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

No geral, o trabalho turístico já apresentava uma generalizada precarização, com remunerações bastante baixas, na faixa de até 2 salários mínimos por mês, corroborando com o que Meliani (2021) e Cañada (2017) indicaram sobre a característica precarização do trabalho no setor. No entanto, a pandemia da Covid-19 aprofundou essa problemática, com uma diminuição do número absoluto de trabalhadores formais nas ACT durante os anos de maior impacto da pandemia, 2020 e 2021, e aumento dos trabalhadores que ganham a menor faixa salarial.

Assim, no que se refere ao total de trabalhadores das ACT, é perceptível uma queda dos empregados formais em 2020, ano em que a pandemia é decretada, apresentando o menor número dentro do período estudado. Em 2021, com a flexibilização das restrições às viagens e retomada do turismo (PAULA, 2021; TABERGA, 2021) há uma recuperação do setor, mas ainda com um total de empregos menor do que o patamares atingidos de 2013 a 2019.

A faixa salarial que predomina durante o recorte temporal indicado em Balneário Camboriú é justamente a de até 2 SM, com um aumento dessa proporção para os anos da pandemia: cerca de 78,4% dos trabalhadores das ACT em 2021 recebiam menos de 2 SM (R\$ 2.200,00 em 2021), 13% a mais que em 2019. A faixa salarial de 2,01 a 3 SM foi a que teve a maior queda relativa, com uma diminuição considerável dos empregados com esta média salarial, passando de 26,2% em 2019 para 16,2% em 2021. As faixas salariais mais elevadas também apresentaram uma redução, demonstrando um achatamento salarial generalizado.

Considerando que o salário médio de Balneário Camboriú para 2020 era de 2,4 salários mínimos (IBGE, [202-]), tem-se entre 78,2% e 94,4%⁴ dos empregados recebendo menos que a média no mesmo ano. Isso significa que, levando em conta a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2023), o salário mínimo desses trabalhadores estava bem abaixo do necessário, que seria de R\$ 4.347,61 em janeiro de 2020. Este cenário confirma o panorama apresentado por Cañada (2021) para o setor turístico pós-pandemia, com um aumento do empobrecimento e exclusão das pessoas ligadas às atividades turísticas.

⁴ 78,2% da faixa de até 2 SM somado aos 16,2% da faixa de 2,01 a 3 SM, que pode ou não compreender salários menores que 2,4 SM.

No que tange à representação das diferentes ACT dentro da totalidade do sistema de objetos do circuito superior de Balneário Camboriú, a Tabela 2, abaixo, ilustra os percentuais de participação de cada uma delas para o recorte temporal definido. Em relação a ACT transporte aéreo, a RAIS não retornou quaisquer dados no recorte temporal de 2011 a 2021, podendo-se assumir que ela não é relevante na configuração do mercado de trabalho turístico do município, dado que os aeroportos, que permitem a chegada dos visitantes a Balneário Camboriú, se encontram em outros municípios - Navegantes e Florianópolis. Portanto, a mesma não foi considerada na análise. O mesmo se aplica para as ACT de transporte aquaviário e de aluguel de transportes⁵, que não são representativas na totalidade do sistema de objetos, sendo desconsideradas na análise individual das atividades. Desse modo, centramos a análise nas atividades de alimentação, alojamento, agência de viagens, transporte terrestre e cultura e lazer, respectivamente.

Tabela 2 – Proporção da cada grupo no conjunto geral das ACT, de 2011 a 2021, em Balneário Camboriú/SC

Ano	Alimentação	Alojamento	Cultura e lazer	Transporte terrestre	Agência de viagens
2011	57,4%	35,4%	2,8%	2,6%	1,3%
2012	60,6%	33,1%	1,8%	2,6%	1,4%
2013	61,1%	31,9%	1,6%	3,0%	2,0%
2014	62,1%	31,2%	1,7%	2,7%	2,0%
2015	62,7%	30,9%	1,8%	1,8%	2,3%
2016	62,6%	30,3%	2,0%	1,8%	2,7%
2017	63,2%	29,1%	2,1%	1,8%	3,1%
2018	64,3%	28,9%	2,3%	1,8%	2,0%
2019	65,0%	27,1%	3,2%	1,8%	2,2%
2020	62,4%	28,8%	3,9%	1,9%	2,2%
2021	64,7%	26,6%	4,9%	1,6%	1,4%

Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

Em Balneário Camboriú há predominância das atividades relacionadas à alimentação, correspondendo a cerca de 64,7% dos trabalhos formais no setor em

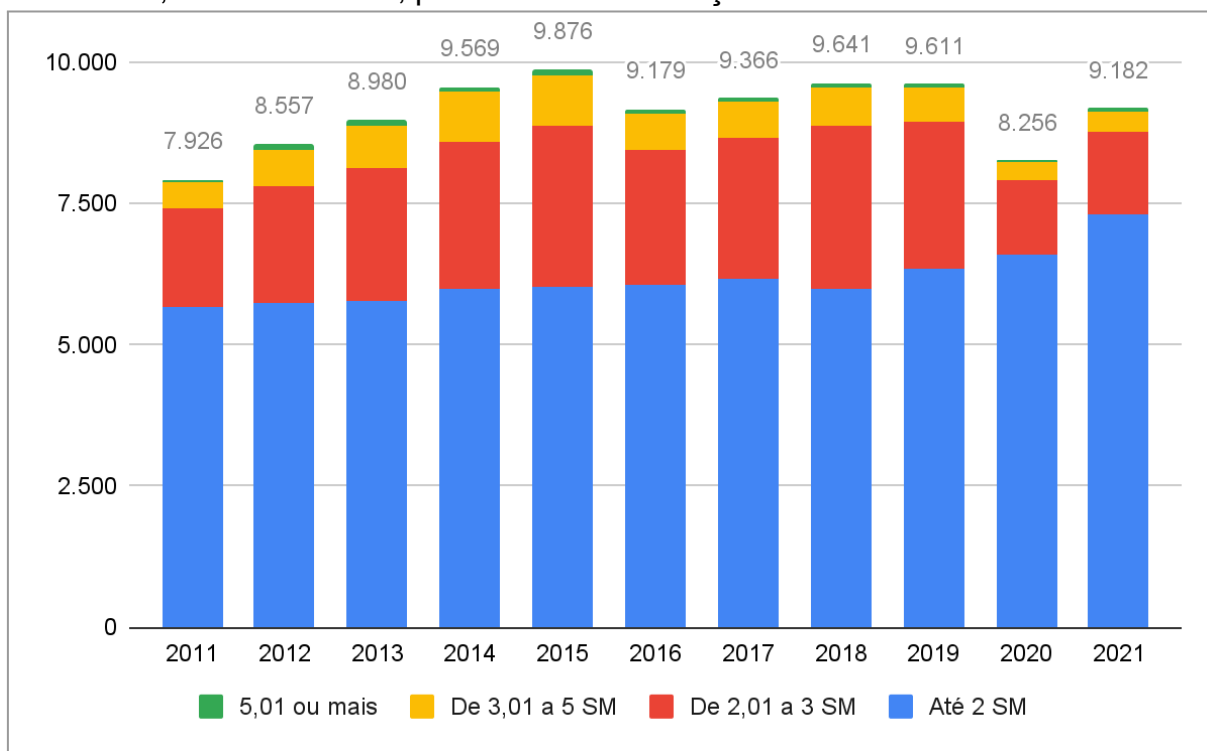
⁵ A ACT de transporte aquaviário teve sua maior participação no conjunto geral das ACT em 2016 e 2017, com 0,6%, enquanto a ACT de aluguel de transportes teve a maior participação em 2020 e 2021, com 0,3%.

2021, conforme indicado na Tabela 2. Tal cenário pode estar relacionado ao fato de que de todas as ACT, a alimentação é a que possui maior interlocução com os moradores locais, sendo difícil apresentar um atendimento exclusivo do setor turístico. Assume-se, portanto, que os dados estejam superestimados.

Em 2011, as atividades de alimentação correspondiam a 57,4% do total das ACT. Até 2019, essa participação teve um aumento constante, chegando a 65% no ano de 2019. Entre 2020 e 2019, no entanto, houve uma queda nessa proporção, com a ACT chegando a 62,4% do total.

Como demonstra a Figura 12, essa queda na participação da alimentação no total do setor está relacionado com uma redução de 14,1% do total de empregos formais para essas atividades entre 2019 e 2020, passando de 9.611 trabalhadores para 8.256. A recuperação desta ACT, apesar do exposto, se mostra expressiva entre 2020 e 2021, o que pode estar relacionado à flexibilização extensiva em relação à pandemia de todas as atividades econômicas em 2021 e a não especificidade em relação ao turismo que a alimentação possui. Entretanto, houve um aumento de 4,1% para a faixa salarial de até 2 SM, assegurando que seja a atividade com a maior proporção de pessoas que ganham salários nessa faixa (cerca de 80% em 2020 e 79,4% em 2021).

Figura 12 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alimentação em Balneário Camboriú/SC

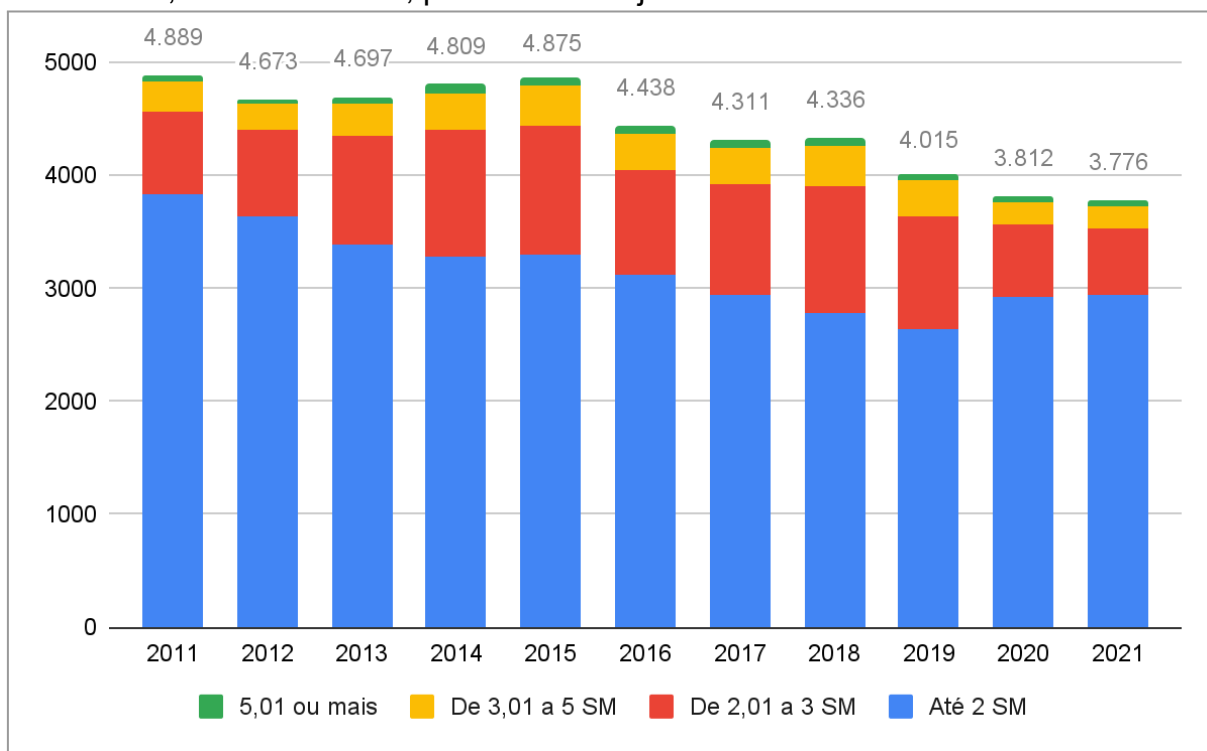


Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

No que se refere à ACT alojamento, há uma diminuição contínua da sua participação no total de trabalhadores do setor, representando 35,4% em 2011, a percentagem mais alta, e 26,6% em 2021, a percentagem mais baixa. Apesar dessa queda, é evidente que as atividades de alojamento são ainda uma das mais importantes para o setor turístico, correspondendo a cerca de 26,6% do total dos trabalhadores formais do setor em 2021, o que pode estar relacionado à sua relação intrínseca com o turismo, seja de “sol-praia” ou de negócios.

Na Figura 13, abaixo, é possível observar que houve uma redução de 5% no total dos empregos formais da ACT alojamento entre 2019 e 2020 e um aumento de 10% na faixa salarial de até 2 SM, com uma diminuição de 36% tanto para a faixa de 2,01 a 3 SM quanto de 3,01 a 5 SM, indo ao encontro da tendência geral do setor para o período.

Figura 13 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alojamento em Balneário Camboriú/SC



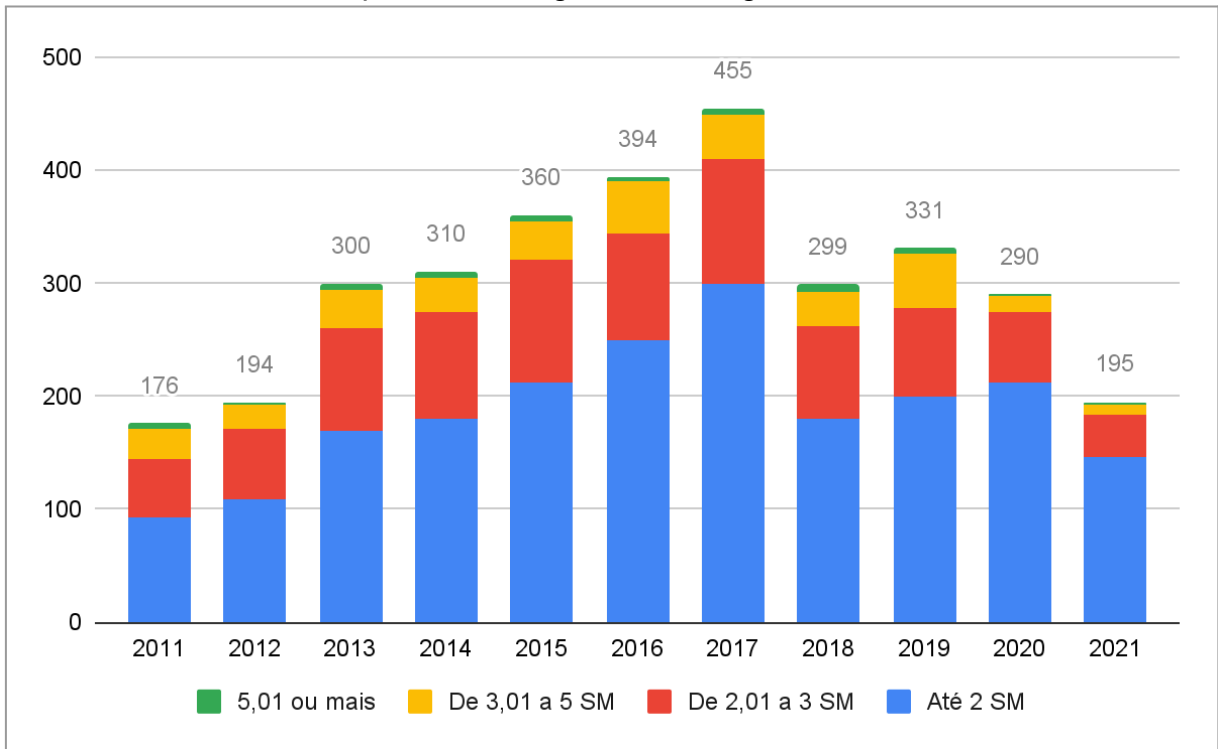
Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

No que tange à ACT agência de viagens, a sua participação no total do setor começa em 1,3% em 2011 e aumenta até 2017, quando atinge 3,1%. Há, no entanto, uma diminuição dessa participação nos anos seguintes, atingindo 1,4% em 2021.

Na Figura 14, na sequência, é possível notar que essa ACT tem apresentando uma queda considerável dos postos de trabalho a partir de 2018, com a pandemia reforçando um fenômeno que já estava acontecendo. Em relação aos salários, há também um aumento da proporção de pessoas que ganham menos de 2 SM.

O pico dos empregos para a ACT de agência de viagens foi em 2017, com uma redução de 34% em 2018. No ano seguinte, houve um aumento do número de empregos, com uma nova redução entre 2019 e 2020, de cerca de 12%. Entre 2020 e 2021, por sua vez, há uma diminuição de 33%, demonstrando uma expressiva baixa para essas atividades. É possível que elas já estivessem em queda diante da expansão de plataformas digitais de agenciamento de viagens, como o Booking, e, com a pandemia, foi adotado o sistema de trabalho remoto, o que pode ter levado a uma diminuição da necessidade de pessoas trabalhando localmente.

Figura 14 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT agência de viagens em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

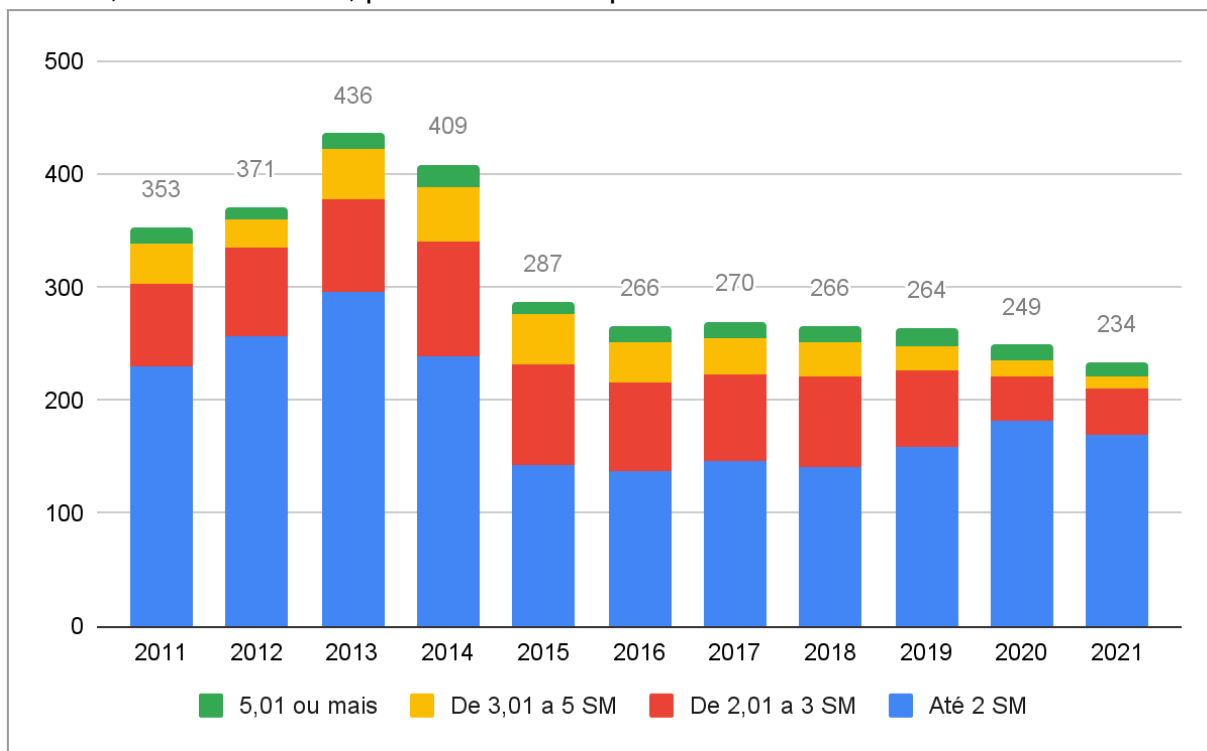
Em relação à ACT de transporte terrestre, a proporção da atividade em relação ao total começa em 2,6% em 2011 e sobe até 3% em 2013, com uma sequente diminuição até 2021, atingindo seu menor valor, 1,6%.

É possível perceber, observando a Figura 15, abaixo, que esse conjunto de atividades possui comportamento similar à atividade de agência de viagens, com uma queda abrupta do número de empregos gerados antes da pandemia, com uma progressiva diminuição até 2021. Nota-se que ainda que a redução do total de empregos com a pandemia tenha sido pequena, houve o aumento da proporção de pessoas na primeira faixa salarial.

Entre 2014 e 2015 houve uma redução de 30% no número de trabalhadores formais para o transporte terrestre, com uma leve baixa ao longo dos anos seguintes. Destaca-se, no entanto, o aumento de 15% entre 2019 e 2020 para a faixa de até 2 SM. Imagina-se que, com exceção da organização de excursões e fretamento de veículos, a ACT de transporte terrestre é uma das que mais possui trabalhadores vinculados ao setor público, em decorrência do transporte coletivo.

Por conta dessa relação e da maior estabilidade como servidor público, pode ser que isso tenha influenciado na manutenção dos empregos no contexto da pandemia.

Figura 15 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT transporte terrestre em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

As ACT de cultura e lazer, no que concerne à sua participação no total, apresenta 2,8% em 2011, com diminuição até 2014, apresentando seu menor percentual da série, 1,7%. Nos anos seguintes, no entanto, a ACT mostra um aumento contínuo na sua proporção do setor, atingindo 4,9% em 2021.

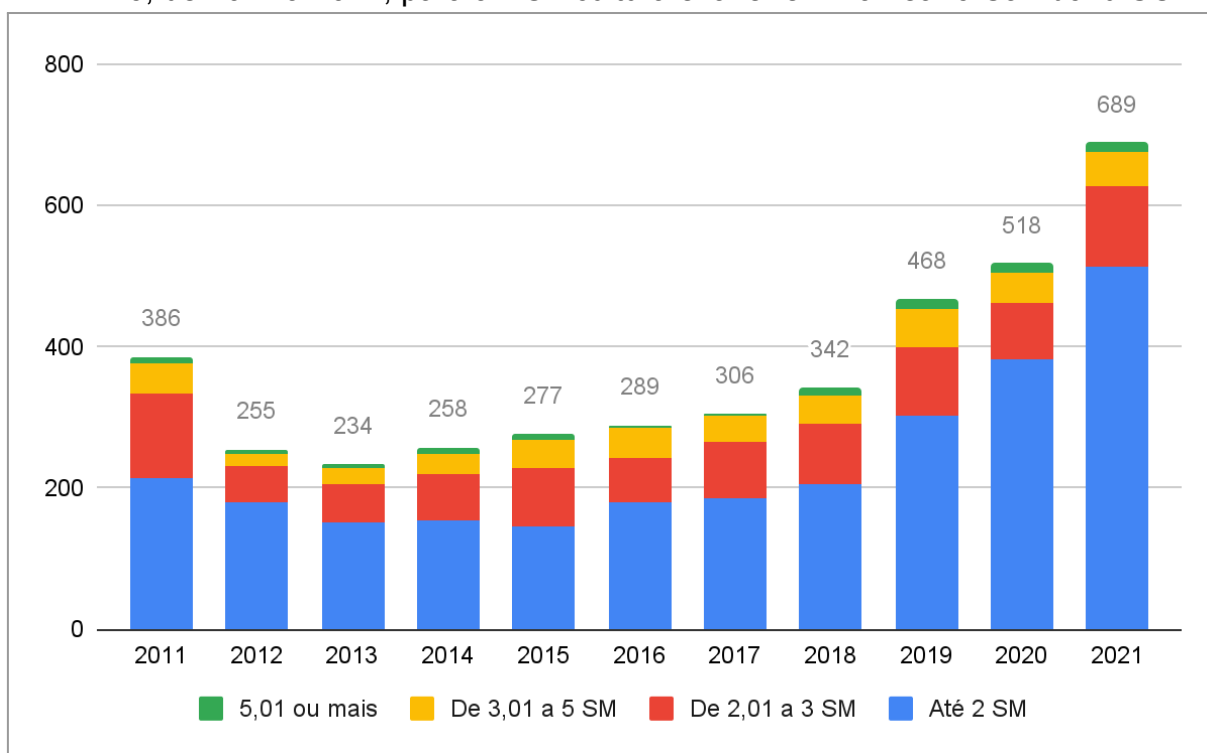
Observando as variações de cada uma das Atividades Características do Turismo, a ACT de cultura e lazer é o caso que mais destoa do padrão apresentado, pois há um aumento no número de empregos gerados em 2020 e 2021, atingindo o maior número em 2021, o que pode ser observado na Figura 16, na sequência. Apesar disso, nessa ACT se repete o fenômeno da diminuição salarial já constatado em todas as outras atividades.

Entre 2019 e 2020 há um aumento de 11% no total dos empregos da ACT cultura e lazer, e entre 2020 e 2021 esse aumento é de 33%. Em termos de salário,

por sua vez, entre 2019 e 2020 há um aumento de 26% na faixa salarial de até 2 SM, e entre 2020 e 2021 esse aumento foi de 35%.

Dado que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA amplia a classificação de cultura e lazer para além das atividades de shows e eventos (ver Apêndice A), é possível observar alguns fatos que podem justificar o processo no município e que podem estar atrelados com a expansão verificada na Figura 16. Por exemplo, a inauguração da FG Big Wheel no final de 2020, roda gigante no Pontal Norte da Praia Central; houve a inauguração do Oceanic Aquarium em 2020, aquário na Barra Sul da Praia Central; inauguração da balada noturna The Grand em 2020; inauguração do Expocentro de Balneário Camboriú Júlio Tedesco em 2021, centro de eventos próximo à BR-101.

Figura 16 – Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT cultura e lazer em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Brasil (2021b); Elaboração própria (2023).

5.2 CIRCUITO INFERIOR E PANDEMIA

Tendo em vista que o complexo do turismo não se encerra com o circuito superior, as entrevistas com os vendedores ambulantes e observações feitas buscaram tratar mais sobre o circuito inferior. Tentou-se ao longo deste

procedimento caracterizar de forma geral o trabalho dos ambulantes no circuito inferior e compreender os impactos da pandemia para esses trabalhadores.

Dentre as 13 entrevistas realizadas, 9 foram com pessoas do sexo masculino e 4 com pessoas do sexo feminino, e a idade preponderante é acima dos 45 anos, com apenas duas pessoas abaixo deste número, uma com 32 e a outra 34. As entrevistas mostraram um cenário de abandono dos estudos, com 10 dos entrevistados não tendo concluído todas as etapas da Educação Básica. Uma das vendedoras possui graduação em Letras, mas por não ter conseguido se efetivar em um concurso público, continuou como ambulante. Ela afirmou que trocaria esse trabalho pela estabilidade de um concurso, mas não para ser contratada temporariamente, pois como vendedora consegue tirar mais dinheiro.

Apenas dois dos entrevistados são nativos de Balneário Camboriú, com a maioria sendo de outros estados do país, sendo 3 da Bahia, 1 de Pernambuco, 4 de Minas Gerais, 2 do Paraná e 1 de Santa Catarina, do município de Lages. Apesar disso, todos eles moram em Balneário Camboriú ou na região, e estão há bastante tempo no município, trabalhando há muitos anos como vendedores ambulantes: 6 deles iniciaram antes de 2000 e 5 entre 2001 e 2010. Diante disso, 9 deles possuem casa própria, não precisando pagar aluguel. No entanto, com exceção de um dos entrevistados, que mora no centro, todos moram em bairros mais afastados ou em municípios vizinhos, o que vai ao encontro do que Cruz (2006) indica sobre a expansão das periferias em destinos turísticos no país a partir da alta geração de empregos com baixa qualificação profissional. Nas Figuras 17 e 18 é possível observar dois desses bairros mais afastados do centro do município.

Figura 17 – Rua Corupá, no Bairro dos Municípios, em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 18 – Vista do Bairro da Barra, a partir da Passarela da Barra, em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Acervo pessoal (2023).

A atuação dos profissionais ocorre principalmente nos meses da temporada de verão, entre dezembro e março, e todos indicaram trabalhar todos os dias da semana com uma carga horária de 8 a 12 horas por dia, folgando apenas no período em que está chovendo. Além disso, afirmaram que trabalham pela necessidade

financeira, pois se estivessem fazendo outras atividades durante o período ganhariam menos do que como ambulantes. Pelo fato de ser algo que fazem têm muitos anos, acabam continuando. Em alguns casos, ainda, comentaram que gostam do que fazem, principalmente pela proximidade do mar.

Em relação ao dinheiro que conseguem tirar no período, a maioria afirma que ele dura apenas durante a temporada, servindo principalmente para a liquidação de dívidas e manutenção e compra de novos produtos, ou apenas alguns meses. Apenas um dos entrevistados indicou que o que arrecada dura até a próxima temporada de verão. Fora desse período, há predominância do trabalho autônomo, sem salários fixos, como é o caso da função de pedreiro, de pintor e de vendedor, conseguindo “apenas o suficiente para sobreviver”, segundo um dos entrevistados. Uma das ambulantes indicou que vendia os produtos que sobraram da temporada pela Internet como forma de ampliar a renda. Curiosamente, diante do exposto, parece que o trabalho temporário da temporada é o “trabalho fixo” dos ambulantes, enquanto fora do verão trabalham com “o que dá”.

Essa condição de trabalho de alta intensidade, com muitas horas por dia durante a semana toda, e a não presença de salários fixos, com alta instabilidade, trabalhando para a subsistência, estão alinhadas com as características do trabalho no circuito inferior (SANTOS, 2018).

Em relação aos produtos vendidos, a maioria dos entrevistados trabalhava com vestuário e/ou acessórios, como saídas de praia, cangas, roupas, toalhas e miçangas. No geral, esses produtos são adquiridos de grandes atacadistas locais ou de outras partes do país, como São Paulo, Minas Gerais e na região Nordeste, principalmente para os produtos de praia. Indicaram que no caso do produto adquirido ser de longe, há um revendedor que traz ou as compras são feitas pela Internet. As miçangas, entretanto, são de produção própria. Os vendedores que trabalham com produtos mais caros, como as roupas, afirmaram que as vendas costumam ser no cartão de crédito e parceladas, o que reflete na capacidade deles terem dinheiro guardado, além da diminuição do valor recebido, pois há a taxa do cartão e a fragmentação do pagamento.

Percebe-se a articulação entre os circuitos através da difusão dessas modernizações do grande capital no trabalho do circuito inferior, como no caso do uso dos cartões de crédito, e na necessidade de abastecimento de mercadorias, que muitas vezes ocorre em grandes redes de atacadistas. Tais fenômenos dão um

caráter de dependência para o circuito inferior, pois precisam do circuito superior para que desempenhem suas atividades.

Ainda no caso dos produtos, os ambulantes destacaram a competitividade com algumas lojas próximas, principalmente as de grande porte. Enquanto o shopping é mais distante e mantém um padrão de consumo mais elevado, há outras lojas próximas à Praia Central, como a Havan, que vende produtos muito similares aos dos vendedores em um ambiente mais equipado e aconchegante. Alguns comentam que quem tem dinheiro vai para esse tipo de estabelecimento e quem não tem acaba comprando na praia.

Assim, percebe-se o fenômeno indicado por Furtado e Almada (2019) sobre a especificidade do setor turístico: o público-alvo dos dois circuitos é o mesmo, ainda que haja as diferenças de capital e tecnologia entre os estabelecimentos. Diante disso, o espraiamento das atividades do circuito superior gera complementaridades hierárquicas, diminuindo o raio do mercado do circuito inferior (SILVEIRA, 2015), o que é ainda mais evidente nas atividades turísticas.

O outro tipo de produto vendido é de alimentação, e que também entra em conflito com os estabelecimentos de comércio próximos. Neste caso, entretanto, além da compra em atacadistas, há a consignação dos produtos, principalmente no caso do sorvete e das bebidas.

Em relação aos impactos da pandemia da Covid-19, quase todos os ambulantes entrevistados trabalharam durante o verão de 2020/2021, mesmo que não tivesse tido uma temporada de fato, aberta pela prefeitura, e que as restrições referentes à propagação da doença ainda estivesse em vigor. No entanto, os vendedores indicaram que, no geral, não vieram muitas pessoas, sendo um período de vendas ruins e que, por isso, alguns deles não ficaram durante todo o verão.

Isso demonstra que, dada a importância do trabalho sazonal para a geração de recursos desse grupo de trabalhadores do circuito inferior, os ambulantes não deixaram de desenvolver seu trabalho mesmo diante dos riscos de se expor à doença, o que explicita um grau de vulnerabilidade maior do que outros grupos que puderam se adaptar, como no caso do trabalho remoto. Ainda, mesmo que tenham trabalhado no período, com a diminuição dos turistas, há também o aumento da competitividade, o que faz com que as possibilidades de geração de recursos sejam diminuídas, como indicado por Cañada (2021) como cenário para o trabalho turístico no pós-pandemia. Os entrevistados indicaram, em sua maioria, que a temporada de

2021 e 2022 foi melhor do que o período entre 2020 e 2021, mas que os turistas são mais regionais, principalmente do Rio Grande do Sul e do Paraná, com poucos turistas internacionais, e que o poder aquisitivo deles está mais baixo do que estavam acostumados em anos antes da pandemia, o que pode ser um reflexo justamente da crise e/ou do processo indicado por Fonseca *et al.* (2022) e Santos, Campos e Rodrigues (2022), em que o turista está privilegiando o turismo de proximidade em um cenário pós-covid.

Durante o ano de 2021, cabe ressaltar, estava em andamento a obra de ampliação da faixa de areia da praia da Praia Central, conforme indicado anteriormente, que ficou pronta antes do verão, o que pode ter sido um atrativo para os turistas no ano seguinte.

Apesar do alargamento da faixa de areia poder ser um atrativo para os turistas, eles ficam bem na frente da praia, deixando um vasto espaço atrás, fazendo com que os ambulantes com que o deslocamento com carrinhos seja dificultado. Os vendedores comentaram que a obra deixou mais pesado para movimentá-los, principalmente para os maiores, como os de roupa, sendo difícil levá-los da rua até a areia, e sendo necessário que utilizem a areia logo depois da água porque é mais rígida para andar com o carrinho, diminuindo o espaço para deslocamento. Além disso, quando a maré sobe, e essa área fica com água, fica praticamente impossível andar com o carrinho, porque a areia é pesada e as pessoas ficam logo de frente à praia. Por conta dessa situação, alguns ambulantes estão na expectativa da construção da nova orla, pois pode ser haja um deck para levar os carrinhos até o início da faixa de areia ao menos. Quem vende alimento costuma não usar carrinhos, mas caixas e outros instrumentos, o que facilita a locomoção e a agilidade.

Quanto aos conflitos existentes, alguns entrevistados mencionaram que muitos vendedores de fora iniciaram o trabalho como ambulantes recentemente, aumentando o número de trabalhadores e a competição. Alguns pensam que deveria ser restrito aos locais apenas, ainda que muitos deles tenham vindo de outras localidades há alguns anos.

6 CONCLUSÃO

O alastramento de um vírus como o que causa a Covid-19 se mostrou como uma verdadeira crise em muitas áreas, em especial naquelas em que o contato

humano é imprescindível. Sabendo que dois dos pilares das atividades turísticas são a mobilidade e a interação entre as pessoas, as implicações neste setor foram ainda mais severas.

Pode-se dizer que, ao analisar os efeitos da pandemia sobre o turismo, torna-se evidente que a economia e o trabalho turístico foram abalados, sendo que esse último já apresentava estado de precariedade antes da crise, com salários baixos e pouca estabilidade. No Brasil, este cenário reforça as desigualdades que já eram constantes, pois na condição de subdesenvolvimento e dependência que foi constituída historicamente no país, há uma concentração imensa de riquezas nas mãos de um pequeno grupo, que se articula ao capital internacional, enquanto há uma imensidão de pessoas vivendo de forma incerta diante das mazelas que enfrenta. E é de modo a tentar sobreviver diante da escassez que o circuito inferior se articula, procurando a subsistência frente a uma cada vez maior expansão do circuito superior, que se espalha pelo espaço e concentra as riquezas.

Assim, os discursos existentes e reforçados na grande mídia de que a pandemia teria um “efeito democrático”, pois todos seriam igualmente vulneráveis aos seus efeitos, são falácias, visto que certamente os trabalhadores que perderam seus empregos e precisaram se sujeitar a trabalhar com o que fosse, mesmo diante dos riscos, não foram afetados da mesma forma que aqueles que viram seus negócios crescerem de suas casas. E no que se refere ao trabalho turístico, essa relação é ainda mais visível, pois o encerramento de contratos e o desemprego foram bastante consideráveis.

No caso de Balneário Camboriú/SC, percebeu-se uma tendência declarada por outros pesquisadores da área: a pandemia levou a uma diminuição do número de empregos e a uma diminuição dos salários, ampliando as desigualdades que já eram características do turismo nos países subdesenvolvidos. Neste sentido, muitas pessoas tiveram de conviver com a instabilidade e com o arrocho dos recursos para a subsistência, ganhando menos que a média salarial do município.

Considerando a hipótese de que tanto o circuito superior quanto o circuito inferior foram impactados pela pandemia da Covid-19, os resultados apresentados se mostraram alinhados ao que foi imaginado no início da pesquisa, com um aumento relativo das pessoas que ganham menos de dois salários mínimos no conjunto das atividades que formam o sistema de objetos do setor turístico, enquanto houve uma diminuição absoluta nos números de empregos gerados. Esse

cenário denota um circuito superior que se adaptou à crise através da demissão dos trabalhadores, da redução dos salários, e na busca por outras formas de trabalho, como na adoção do trabalho remoto.

Na esteira desse processo, o circuito inferior “ganhou” novos trabalhadores, dado que as pessoas que perderam seus empregos necessitaram buscar novas formas de subsistência. Funcionários que antes trabalhavam em hotéis ou em restaurantes que fecharam as portas ou que não precisavam de tantos funcionários para atender a baixa demanda turística, por exemplo, podem terem sido demitidos, tendo que buscar outras formas de subsistência. Aumenta-se, diante disso, a competitividade, com mais pessoas lutando pela sobrevivência, ainda mais quando se considera a expansão do circuito superior por meio das grandes empresas. Em um cenário de escassez, considerando os efeitos da pandemia e das outras crises que o Brasil está passando, há menos consumidores e menos poder aquisitivo para haja a circulação de recursos. No caso dos vendedores ambulantes, essa situação é perceptível ao comentarem sobre a baixa no número de visitantes e sobre o baixo poder aquisitivo dos que vieram.

No que tange ao sistema de objetos do circuito superior, a Atividade Característica do Turismo agência de viagens foi a mais impactada em termos proporcionais, reforçando um fenômeno de diminuição expressiva do número de empregos que já vinha acontecendo há anos. As atividades de transporte terrestre também registraram uma diminuição contínua, com uma queda abrupta nos número de empregos a partir de 2014, com a pandemia reforçando o cenário existente. A ACT de alojamento também vinha demonstrando uma queda contínua, ainda que não muito expressiva, com o menor número de empregos gerados da série histórica em 2021. A alimentação, enquanto isso, foi a mais impactada em termos absolutos, visto que corresponde a maior parte do conjunto de todas as ACT, mas demonstrou uma recuperação relativamente rápida das atividades em 2021, sobretudo pela flexibilização sanitária para o consumo nos estabelecimentos.

O caso que destoa das demais é o das atividades de cultura e lazer, que demonstraram um crescimento no período, sendo o ápice de fenômeno que vinha ocorrendo desde 2013. Assim, mesmo que shows e eventos tenham sido cancelados durante a pandemia, tem havido uma contínua expansão de outras atividades voltadas ao lazer, sobretudo no que se refere à realidade técnica, ao sistema de objetos para mobilizar o turismo, tanto no de sol-praia, como no exemplo

da inauguração da roda gigante, quanto no de negócios, como no exemplo da inauguração do centro de eventos. Isso mostra uma capacidade de ampliação das possibilidades de realização do turismo, mesmo diante da especialização no setor.

No entanto, em todos os casos, mesmo neste em que houve aumento do número de empregos, houve uma diminuição aprofundada do nível dos salários, com uma expansão notável da faixa salarial de até dois salários mínimos, mais baixa que a média salarial do município, e um encolhimento das faixas salariais mais altas.

Reconhece-se que, diante do exposto, mesmo que agora as atividades já estejam normalizadas no que se refere às questões sanitárias, e a Organização Mundial da Saúde tenha decretado o fim da pandemia, seus impactos não terminaram, e terão continuidade ao longo dos anos que seguem, modelando o sistema de objetos do circuito superior e o trabalho no circuito inferior para uma maior precarização da população no geral, sobretudo para aquelas que dependem do turismo para sobreviver.

Isso implica na necessidade de repensar o turismo enquanto prática econômica e social no futuro, e de reconhecer o turismo enquanto um fenômeno complexo e que é produto e produtor de um desenvolvimento desigual e combinado no território nacional, ainda mais em um contexto de pandemia. Como forma de dar um passo importante para a concepção e aplicação de políticas públicas voltadas à diminuição da desigualdade, sugere-se ampliar os estudos sobre essa temática, podendo haver a ênfase no circuito inferior, que carece de dados e de pesquisas, quando comparado com o superior.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, J. A. B. **Lugar turístico e os circuitos da economia urbana no Litoral Norte do Polo Costa das Dunas, Rio Grande do Norte**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40787>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Secretaria de Turismo - SECTUR. **História**. Balneário Camboriú, 2016. Disponível em: <http://www.secturbc.com.br/turismo/pt-br/dicas>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BRANDÃO, C. A. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias. *In*: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A., (ed.). **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)**: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 170-193. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695-14.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Categorização dos Municípios Turísticos - 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/categorizacao/resource/a58fccab-4887-4d11-a8cf-c8b0dae26321>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. O turista internacional no Brasil: Dimensionando o turismo receptivo brasileiro. **DADOS & INFORMAÇÕES DO TURISMO NO BRASIL**, Brasília, ano 1, n. 1, fev., 2021a. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/revista.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS: Vínculos, 2011 - 2021**. Brasília, 2021b. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php. Acesso em: 13 abr. 2023.
- CALDAS, J. Entenda megaobra de alargamento de Balneário Camboriú do início ao fim em 10 pontos. **G1 SC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/26/entenda-megaobra-de-alargamento-de-balneario-camboriu-do-inicio-ao-fim-em-10-pontos.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2023.
- CAÑADA, E. Turismo y precariedad laboral. **Papeles de relaciones Ecosociales y Cambio Global**, Madrid, n. 140, p. 65-73, 2017. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista_papeles/140/Turismo-Precariedad-laboral-E.Canada.pdf. Acesso em 05 abr. 2023.
- CAÑADA, E. PERSPECTIVAS DO TRABALHO TURÍSTICO PÓS-COVID-19. *In*: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, São Paulo, jun. 2021. p. 7-13. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn12.pdf#page=76. Acesso em: 05 abr. 2023.

CIFELLI, G. Efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica territorial do turismo em municípios paulistas de relevância patrimonial. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 3, dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200971>. Acesso em: 26 abr. 2023.

COSTA, M. A. M.; FOGAÇA, I. F.; MORAES, C. C. A. Reflexões sobre o turismo em Petrópolis-RJ: impactos da Covid-19 e das chuvas no verão de 2022. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 3, dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200963>. Acesso em: 26 abr. 2023.

COSTA, H. A.; FONSECA, M. A. P. Crises, turismo e dinâmica dos meios de hospedagem em Natal/RN: concentração espacial. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 3, dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/200920>. Acesso em: 26 abr. 2023.

COSTA, H. A.; SILVA, J. P. G.; FARIAS, M. F. O SETOR DE HOSPEDAGEM EM NATAL/RN: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DAS Pousadas na Vila de Ponta Negra. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais, Niterói, ano 13, n. 32, 2017.

CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In*: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins**, Aubervilliers, n. 38, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13707#quotation>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CRUZ, R. C. A.; BEIL, I. M.; BARRETTI, D. R.; ALLIS, T. “Por uma geografia do movimento”: reflexões sobre as práticas de turismo durante a pandemia de Covid-19 no estado de São Paulo. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 29, n. 55 - Dossiê, p. 79-101, 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8884/6475>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 2023.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FONSECA, M. A. P.; NOVAES, A. L.; TODESCO, C.; RIBEIRO, M. A.; FOGAÇA, I. F.; CAMPOS, A. C. O turista brasileiro no contexto da crise sanitária Covid-19. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 29, n. 55 - Dossiê, p. 03-27, 2022. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8888/6472>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, E. M.; ALMADA, J. A. B. O turismo na vitrine do circuito superior e o circuito inferior do outro lado da vitrine. *In*: COSTA, A. A.; FURTADO, E. M. (org.). **Dinâmica territorial urbana, turismo e meio ambiente**. Natal: EDUFERN, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Rio de Janeiro, [202-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT. Brasília, 2019.

LELIS, L. R. M. O circuito inferior do ramo alimentício e suas relações com o circuito superior: estudo sobre o bairro de Ponta Negra, Natal/RN. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 63, p. 338-372, set., 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/37045>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MELIANI, P. F. TURISMO E TRABALHO NO BRASIL: O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA NO TURISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. *In*.: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, São Paulo, jun. 2021. p. 109-130. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn12.pdf#page=76. Acesso em: 05 abr. 2023.

MONTENEGRO, M. R. O CIRCUITO INFERIOR CENTRAL NA CIDADE DE SÃO PAULO EM SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DE FLUXOS E COM O MEIO CONSTRUÍDO. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 37-48, jun., 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/175>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MONTENEGRO, M. R. Contradições de Fortaleza: entre o turismo globalizado e a reprodução do circuito inferior da economia. **GeoUECE**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 60-83, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=852>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>. Acesso em: 29 ago. 2021.

PAULA, A. T.. Contrato Intermitente no Turismo: Tendência em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia? **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 13, n. 4, esp., 2021.

Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/4735/473569974009/473569974009.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

QUEIROZ, G. A. **O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: A PESCA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:

<https://core.ac.uk/reader/296864790>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RODRIGUES, A. F. A. C. Os Circuitos da Economia Urbana na Perspectiva do Turismo em Belém, Pará. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 1, p.130-151, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/66833>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SAKOWSKI, P. A. M. **TEXTO PARA DISCUSSÃO 1842: ASPECTOS METODOLÓGICOS DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TURISMO**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_td_metodologia.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

SANTA CATARINA. Decreto nº **515 de 17 de março de 2020**. Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências. Governo do Estado, 2020. Disponível em:

https://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-decretos-estaduais/resource/73d09d8d-3e06-4347-8442-100d35280230?inner_span=True. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, C. A. J.; CAMPOS, A. C.; RODRIGUES, L. P. Incidência da pandemia da Covid-19 no turismo da região Nordeste do Brasil. **Geousp**, São Paulo, v. 26, n. 3, dez., 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/201800>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço Divido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, p. 65-76, jan./abr., 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/b7w7ZRM8dhjsnf5SBMLmY3j/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano XVII, v. 17, n. 1, p.63-70, jan./dez., 2013. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/28897/CONICET_Digital_Nro.a8fcf120-a936-4cfc-bbd5-382a424d885c_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 16 jul. 2021.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245-261, ago., 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102778>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SKALEE, M. **Construção e apropriação do espaço público**: estudo do traçado urbano do Centro de Balneário Camboriú. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91530>. Acesso em: 29 ago. 2021.

TABERGA, A. TRABALHADORES SEM DESTINO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA À CLASSE TRABALHADORA DO TURISMO. *In*: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, São Paulo, jun. 2021. p. 36-55. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn12.pdf#page=76. Acesso em: 05 abr. 2023.

UNWTO. **COVID-19 y Turismo. 2020**: Análisis del año. Organización Mundial del Turismo - UNWTO, 2021.

VALLE, R .M. G. Turismo, pandemia y nuevos contrastes territoriales en España. **Ikara. Revista de Geografías iberoamericanas**, Albacete, Espanha, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.uclm.es/index.php/ikara/article/view/3006>. Acesso em: 25 abr. 2023.

APÊNDICE A

CNAE 2.0 PARA AS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO		
CÓDIGO	ATIVIDADE	ACT
5510801	Hóteis	ALOJAMENTO
5510802	Apart-hotéis	
5510803	Motéis	
5590601	Albergues, exceto assistenciais	
5590602	Campings	
5590603	Pensões (alojamento)	
5590699	Outros alojamentos não especificados anteriormente	
7911200	Agências de viagens	AGÊNCIA DE VIAGENS
7912100	Operadores turísticos	
7990200	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	
5111100	Transporte aéreo de passageiros regular	TRANSPORTE AÉREO
5112901	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	
5112999	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular	
5611201	Restaurante e similares	ALIMENTAÇÃO
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	
5611203	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	
5612100	Serviços ambulantes de alimentação	
7711000	Locação de automóveis sem condutor	ALUGUEL DE TRANSPORTES
9001901	Produção teatral	CULTURA E LAZER
9001902	Produção musical	
9001903	Produção de espetáculos de dança	
9001904	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	
9001905	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	
9001999	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	
9102301	Ativ. de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	
9103100	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	
9200301	Casas de bingo	
9200302	Exploração de apostas em corridas de cavalo	
9200399	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	
9319101	Produção e promoção de eventos esportivos	
9319199	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	
9321200	Parques de diversão e parques temáticos	
9329801	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	
9329802	Exploração de boliches	

9329803	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares		
9329804	Exploração de jogos eletrônicos recreativos		
9329899	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente		
5011402	Transp. marítimo de cabotagem - passageiros	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	
5012202	Transp. marítimo de longo curso - passageiro		
5022002	Transp. por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia		
5091201	Transp. por navegação de travessia, municipal		
5091202	Transp. por navegação de travessia, intermunicipal		
5099801	Transp. aquaviário para passeios turísticos		
5099899	Outros transp. s aquaviários não especificados anteriormente		
4923001	Serviço de táxi	TRANSPORTE TERRESTRE LOCAL	TRANSPORTE TERRESTRE
4923002	Serviço de transp. de passageiros - locação de Automóveis com motorista		
4929901	Transp. rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal		
4929903	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal		
4929999	Outros transp. rodoviários de passageiros não especificados anteriormente		
4950700	Trens turísticos, teleféricos e similares		
4922101	Transp. rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	TRANSPORTE TERRESTRE INTERNACIONAL, INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL	
4922102	Transp. rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual		
4922103	Transp. rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional		
4929902	Transp. rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional		
4929904	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional		

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS VENDEDORES AMBULANTES

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1. Sexo.
2. Idade.
3. Escolaridade.
4. É da região? Se sim, qual município e bairro? Se não, vem de onde, e em que município e bairro está ficando por aqui?
5. Paga aluguel? Se sim, quanto paga?

SOBRE O TRABALHO DE VENDEDOR AMBULANTE

1. Qual o produto/serviço que vende?
2. De onde vem os produtos que comercializa?
3. Quais as formas de pagamento aceitas?
4. Qual o período que irá atuar como ambulante? (ex: De dezembro até março)
5. Quais os motivos que levaram a trabalhar como ambulante?
6. Quantos dias trabalha por semana? Quantas horas por dia trabalha?
7. Desde quando atua como ambulante nas temporadas de verão de Balneário Camboriú/SC?
8. Quanto consegue tirar durante esse período?
9. Quanto tempo duram os recursos ganhos na temporada?
10. Qual(is) a(s) atividade(s) que exerce fora do período da temporada?
11. Quanto por mês consegue tirar fora do período de temporada?
13. O alargamento da praia colaborou para a aumentar os rendimentos?
14. Qual o perfil de quem está na praia?
15. Existem conflitos entre os vendedores ambulantes e o poder público para a ocupação dessas vagas? Existem conflitos de outras ordens?